



ROGÉRIA EVA DO NASCIMENTO ALAMINOS

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SALA DE AULA POR MEIO
DA LEITURA DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQ)**

TRÊS CORAÇÕES – MG

2021

ROGÉRIA EVA DO NASCIMENTO ALAMINOS

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA POR MEIO
DA LEITURA DE TEXTO LITERÁRIO: a história em quadrinhos (HQ)**

Dissertação do Mestrado Profissional apresentado à Universidade Vale do Rio Verde (UninCor) como parte das exigências do programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Gestão, planejamento e ensino.

Orientador(a): Dra. Terezinha Richartz

TRÊS CORAÇÕES

2021

A318 Alaminos, Rogéria Eva do Nascimento.
A inclusão de pessoas com deficiência na sala de aula por meio da leitura de histórias em quadrinhos (HQ) / Rogéria Eva do Nascimento Alaminos. -- Três Corações, 2021.
95 p.

Orientadora: Dra. Terezinha Richartz.
Dissertação (mestrado) - Universidade Vale do Rio Verde (UninCor), Programa de Mestrado Profissional em Gestão, planejamento e ensino, 2021.

1. Histórias em Quadrinhos - HQ.
2. Autismo. 3. Inclusão escolar. I. Richartz, Terezinha (orient). II. Universidade Vale do Rio Verde - Unincor. III. Título.

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado APRESENTADO POR ROGÉRIA EVA DO NASCIMENTO ALAMINOS, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE NO PROGRAMA DE Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, reuniu-se, remotamente, a Comissão Julgadora, constituída pelos professores doutores: Profa. Dra. Terezinha Richartz (UninCor), Prof. Dr. Zionel Santana (UninCor) e Profa. Dra. Carina Adriele Duarte de Melo (UNIS), para examinar a candidata Rogéria Eva do Nascimento Alaminos na defesa de sua dissertação intitulada: “A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA POR MEIO DA LEITURA DE TEXTO LITERÁRIO: A HISTÓRIA EM QUADRINHO (HQ)”. A Presidente da Comissão, Profa. Dra. Terezinha Richartz, iniciou os trabalhos às 9:00 h, solicitando à candidata que apresentasse, resumidamente, os principais pontos do seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente a candidata sobre diversos aspectos da pesquisa e da dissertação. Após a arguição, que terminou às 11:00 h, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho da candidata, tendo chegado ao seguinte resultado: Profa. Dra. Terezinha Richartz (aprovada), Prof. Dr. Zionel Santana (aprovada) e Profa. Dra. Carina Adriele Duarte de Melo (aprovada). Em vista deste resultado, a candidata Rogéria Eva do Nascimento Alaminos foi considerada aprovada, fazendo jus ao título de Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino.

Três Corações, 27 de agosto de 2021.

Novo título (sugerido pela banca):

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SALA DE AULA POR MEIO DA LEITURA DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQ).



Prof. Dra. Terezinha Richartz (UninCor)



Prof. Dr. Zionel Santana (UninCor)



Profa. Dra. Carina Adriele Duarte de Melo (UNIS)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a meu filho Taynan e a todas as pessoas a quem esse trabalho possa ajudar de alguma forma.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu filho Taynan (PCD), a quem colaborou diretamente comigo para a realização desse trabalho, por ser um filho maravilhoso e por despertar em mim, todos os dias, a capacidade de alteridade e empatia, por me fazer enxergar e entender que a neurodiversidade existe e que deve ser respeitada.

Agradeço a minha mãe, pelo apoio, em tudo, mesmo que de forma indireta.

Agradeço ao meu companheiro que, com muito carinho e paciência, colaborou de várias formas para que esse trabalho fosse concluído.

Agradeço a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a. Terezinha Richartz, por seus ensinamentos, paciência e apoio durante sua orientação.

Agradeço a todos os professores, em especial, os professores Dr.^a. Cilene Pereira e Dr. Luciano Cavalcanti por estarem comigo no início dessa caminhada.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo dos alunos que gostam de ler textos literários.....	71
Gráfico 2 – Quantitativo da compreensão da existência de necessidades especiais	72
Gráfico 3 – Quantitativo da compreensão de que há deficiências que não são visíveis.....	73
Gráfico 4 – Quantitativo da identificação cultural e racial das personagens.....	74
Gráfico 5 – Quantitativo da compreensão do respeito a todos	75
Gráfico 6 – Quantitativos da percepção de melhoria da aprendizagem por meio dos HQs	76
Gráfico 7 – Quantitativo da percepção sobre a inclusão das HQs como material pedagógico	77
Gráfico 8 – Quantitativo da percepção do aprendizado da diversidade cultural e racial	78
Gráfico 9 – Quantitativo da percepção quanto a alteridade e empatia geradas pela HQ	79
Gráfico 10 – Quantitativo da influência da HQ na diminuição do preconceito	80

RESUMO

Esta pesquisa fala sobre a inclusão de pessoas com deficiência em sala de aula por meio da leitura do texto literário história em quadrinhos (HQ). O objetivo geral é despertar nos estudantes uma relação de empatia e de alteridade com pessoas com deficiência (PCD), por meio da leitura literária, em específico as histórias em quadrinhos (HQs), enfatizando pessoas com autismo (TEA), utilizando temas transversais conforme preconizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNCs) e, atendendo, entre outras, a competência 9 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Utilizou-se, como metodologia, a pesquisa bibliográfica através de fontes secundárias em livros, *sites*, documentos e artigos que tratam dos assuntos relacionados às PCD, além da aplicação de questionários a alunos e professores como pesquisa quantitativa por meio de veículo eletrônico da plataforma *Google Forms* para validação do produto, fazendo com que o tema abordado possa conduzir/orientar as pessoas a uma mudança de comportamento perante as PCD. As HQs podem, dependendo do contexto, exercer grande influência em seus leitores e através de sua utilização em sala de aula o tema inclusão da pessoa com deficiência (PCD) pode ser discutido e sensibilizado. As HQs podem ser usadas como uma ferramenta midiática, na divulgação e promoção de ideias e valores de forma rápida, barata e de grande alcance, já que são destinadas para a massa popular. As pesquisas apontaram que a leitura de HQs usadas como material pedagógico e inclusivo em sala de aula auxilia também na melhoria da aprendizagem dos alunos (leitura e escrita), já que se trata de um texto multimodal e que possui um conteúdo de fácil interpretação.

Palavras-chave: Histórias em Quadrinhos. Pessoas com Deficiência. Autismo.

ABSTRACT

This research originates from the Professional Master's thesis in Management, Planning and Teaching, "The inclusion of people with disabilities in the classroom through the reading of literary text: the comic book (Comics)", being the main objective of this research to awaken in the students a relationship of empathy and alterity to the people with disabilities (DP), through literary reading, in particular comic books (comics), emphasizing people with autism (ASD), using cross-cutting themes as recommended by the National Curriculum Parameters (NCPs), meeting, among others, competence 9 of the Common National Curriculum Base (CNCB). As a methodology, we used bibliographic research through secondary sources in books, websites, documents and articles dealing with issues related to DP and the textual genre used in the material was a comic book, in addition to the application of questionnaires to students and teachers as quantitative research through the electronic vehicle of the Google Forms platform for product validation, making the topic addressed to lead / guide people to a change in behavior towards DP. Comic books can, depending on the context, have great influence on their readers and through their use in the classroom or the theme of inclusion of people with disabilities (DP) can be discussed and sensitized. Comic books can be used as a media tool, in the dissemination and promotion of ideas and values quickly, cheaply and with a wide reach, as they are aimed at the popular mass. Researches indicate that comic books used as pedagogical and inclusive material in the classroom also helps to improve students' learning (reading and writing), since it is a multimodal text and has an easy-to-interpret content.

Keywords: *Comic books. People with disabilities. Autism.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A TRAJETÓRIA DAS PCD AO LONGO DO TEMPO E ANÁLISE DE DOCUMENTOS: DUDH, CF, Estatuto da pessoa com deficiência	15
2.1 Educação Inclusiva	22
2.2 PCD - Autismo.....	30
3 A LITERATURA E SUA FUNÇÃO HUMANIZADORA.....	37
3.1 A inclusão de pessoas com deficiência por meio do texto literário história em quadrinhos.....	46
4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO	54
4.1 Criação das personagens e do ambiente escolar.....	58
4.2 Roteiro da criação da HQ.....	61
5 MATERIAIS E MÉTODOS	69
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO	71
6.1 Análise e discussão dos resultados dos questionários aplicados aos alunos.....	71
6.2 Análise e discussão dos resultados dos questionários aplicados aos professores	76
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE I – Formulário para os professores.....	89
APÊNDICE II – Formulário para os alunos do 5º ano.....	93

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está relacionada à linha de Formação de Professores e Ação Docente, do Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino da Universidade Vale do Rio Verde (UninCor) – Três Corações e se justifica a partir dos documentos referentes à Educação Básica no país, que apontam o respeito ao outro e à diferença (Cf. LDB, 1996; BNCC, 2018) como fundamentais no processo formativo do aluno.

O objetivo geral desta pesquisa foi despertar nos estudantes uma relação de empatia e de alteridade para com alunos/pessoas com deficiência (PCD), por meio da leitura literária, em específico, das histórias em quadrinhos (HQs). Por intermédio deste gênero, foram utilizados temas transversais, conforme o preconizado pelos PCNs, atendendo, entre outras, a competência 9 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como objetivos específicos, buscou-se estimular o olhar solidário, respeitoso e de conscientização às PCD, por meio da leitura literária, podendo, desse modo, contribuir para sensibilizar os leitores sobre a singularidade da PCD, estimulando a inclusão dessas pessoas e diminuindo o preconceito e melhorando o respeito pela diversidade. Para tanto, foram discutidos aspectos referentes à inclusão da pessoa com deficiência, o papel formativo da literatura e a importância do uso do texto literário história em quadrinhos que disserte sobre a diversidade sociocultural das PCD, pois acredita-se que as HQs podem auxiliar na compreensão do que acontece no cotidiano dessas pessoas ao apresentar os dilemas vividos pela personagem principal, que possui uma deficiência (a personagem principal está dentro do Espectro Autista - TEA). Acredita-se, também, que o material confeccionado pode ser usado como um recurso didático valioso de aprendizagem, pois abordam várias formas de linguagem, seja verbal, não verbal ou multimodal, além disso, é uma forma atrativa e de fácil entendimento do assunto abordado, material este, que será disponibilizado, posteriormente, via internet para acesso gratuito.

Usou-se como metodologia, a pesquisa bibliográfica através de fontes secundárias em livros, *sites*, documentos e artigos que tratam dos assuntos relacionados às PCD e o gênero textual utilizado no material confeccionado foi uma história em quadrinhos.

O tipo de pesquisa usado foi a bibliográfica, se caracterizando por, “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados e revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.158). Foram utilizadas várias fontes relacionadas com a importância da inclusão de PCD no ambiente escolar e quais meios podem ser usados para que essa inserção possa ocorrer.

“Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.183).

Também foram aplicados questionários a alunos e professores como pesquisa quantitativa através de veículo eletrônico da plataforma *Google Forms* de validação do produto, fazendo com que o tema abordado pudesse conduzir/orientar as pessoas a uma mudança de comportamento perante as PCD, o que será mais bem explicado no capítulo sobre a pesquisa. Como referencial teórico, baseamos nos documentos legais que amparam a política de inclusão e autores como Amaral, Candido, Dicher; Trevisam, Mantoan, Cavalcanti; Pereira, Fernandes; Schlesener; Mosqueira, Neves, Richartz, Resende, entre outros.

O trabalho foi dividido em capítulos, no qual será abordada a trajetória das PCD através de estudos realizados em documentos legais que resguardam os direitos dessas pessoas e como elas foram inseridas no ambiente escolar. Outros enfoques deste estudo são sobre pessoas que estão dentro do Espectro Autista (TEA), como os professores devem estar capacitados para receber alunos com essa deficiência na escola e como as HQs, usados como material pedagógico, podem contribuir para inclusão dos autistas na sala de aula regular.

2 A TRAJETÓRIA DAS PCD AO LONGO DO TEMPO E ANÁLISE DE DOCUMENTOS: DUDH, CF, ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Para tratar do tema pessoas com deficiência (PCD)¹, deve-se ressaltar a jornada dessas pessoas ao longo da história. As PCD encontraram, por muitas vezes, obstáculos superiores à sua própria deficiência. Deficiências físicas e intelectuais existem, desde sempre, dificultando a sobrevivência do homem, seja por sua própria limitação ou pela exclusão sofrida pela sociedade. Pode-se afirmar que sempre existiram PCD através de:

Registros de mãos sem dedos no interior de cavernas, datadas, por estudiosos, no ano de 30 mil antes de cristo, numa espécie humana conhecida com Cro-Magnon do fim da era do gelo. Tais pinturas nos dão indícios que indivíduos com algum tipo de deficiência sobreviviam mesmo em ambientes hostis, além de sugerir que eles estavam integrados em seus grupos, e não apartados de sua comunidade, no mesmo sentido, há achados de esqueletos de homens pré-históricos com disfuncionalidades dentro de suas cavernas e vasos feitos há dez mil anos com pinturas de homens com deficiências exercendo funções em sua comunidade (RESENDE, 2016, p. 14).

Por muito tempo, pessoas com deficiências foram severamente discriminadas por sua aparência e muitas delas abandonadas, ainda bebês, pela própria família por serem consideradas um fardo, por entenderem que eram incapazes e improdutivas. “Da execução sumária ao tratamento humanitário passaram-se séculos de história, numa trajetória irregular e heterogênea entre os países (e entre as próprias PCD) (RESENDE, 2016, p. 14).

Algumas civilizações, como os romanos, utilizavam o termo *monstrum* para definir as PCD, por acreditar que esses indivíduos eram aberrações e amaldiçoadas por Deus, algumas pessoas acreditavam que PCD eram feiticeiros ou bruxos. “A criança recém-nascida não tinha o direito à vida, sendo que o poder paterno (*patria potestas*) outorgado ao pai dava-lhe o direito de exterminar o próprio filho caso este viesse a nascer disforme ou de aparência monstruosa” (DICHER; TREVISAM, 2014, p. 07).

Entretanto, prática do infanticídio legal não era regular. Os pais, abrindo mão desse direito, deixavam essas crianças em cestos colocados às margens do rio Tibre, ou outros locais considerados sagrados pelos romanos. Esses bebês, algumas vezes, eram recolhidos por exploradores que mais tarde, os utilizavam como esmoleiros (DICHER; TREVISAM, 2014, p. 07).

Mesmo após os homens começarem a andar em grupos, era impossível que uma PCD sobrevivesse às adversidades encontradas e por esse motivo, eram abandonadas e até eliminadas

¹ PCD: É considerada pessoa com deficiência, aquela que possui impedimento/comprometimentos físicos ou mentais permanentes.

por seus grupos. Com o passar do tempo, surgiram grupos que eram contra a discriminação, como os egípcios, por exemplo. Estes tratavam as PCD com respeito e igualdade.

Estudos arqueológicos, com base em restos biológicos e evidências artísticas, demonstram que no Egito Antigo as pessoas com deficiência não sofriam qualquer tipo de discriminação. As artes, os túmulos, os papiros e as múmias revelam que a deficiência não consagrava impedimento para as mais diversas atividades desenvolvidas pelos egípcios, sendo que as pessoas com deficiência se integravam nas diversas camadas sociais. Fontes arqueológicas de mais de cinco mil anos, indicam que pessoas com nanismo ofereciam seus serviços a altos funcionários, morando na residência destes e recebendo tratamento diferenciado, contando, ainda, com funerais e tumbas em cemitérios reais perto das pirâmides, demonstrando a sua proximidade com o patrão (GUGEL, 2007 *apud* DICHER; TREVISAM, 2014, p. 04).

O cristianismo trouxe uma visão mais humana das PCD, influenciando a criação dos primeiros hospitais voltados ao atendimento dessas pessoas e, a partir da Idade Média, devido às transformações ocorridas em várias áreas do conhecimento, surgiram tratamentos voltados às PCD: “[...] nesse contexto, hospitais e abrigos destinados a atender enfermos pobres. Os deficientes, aquele grupo especial que fazia parte dos marginalizados, começaram a receber atenções mais humanizadas” (MARANHÃO, 2005 *apud* DICHER; TREVISAM, 2014, p. 10). Também nessa época foi criado pelo monge beneditino Pedro Ponce de Leon, o primeiro alfabeto manual baseado na comunicação gestual entre os monges, já que não podiam falar devido a seus votos de silêncio, beneficiando assim, os surdos e deficientes auditivos.

Ainda no século XVIII, com o início da Revolução Industrial e com necessidade de mão-de-obra, a reabilitação das PCD passou a ser uma preocupação. “As anomalias genéticas, as epidemias e as guerras deixaram de ser as causas únicas das deficiências. O trabalho, muitas vezes em condições precárias, começou a ocasionar acidentes mutiladores e também doenças profissionais” (FONSECA, 2000 *apud* FERNADES; SCHLESENER; MOSQUEIRA, 2014, p. 136), tornando-se necessário a criação dos direitos dos trabalhadores.

O intuito de ajudar essas pessoas era, primeiramente, econômico, pois se essas pessoas elas não fossem reabilitadas, elas não poderiam estar no mercado de trabalho, tornando-se um peso para sociedade. Além disso, elas estariam em manicômios e hospitais acarretando gastos e não produzindo ou contribuindo com o Estado. Segundo Fernandes, Schlesener e Mosqueira (2014), foram criados no Brasil em 1726, as Redes de Expostos, onde a família deixava as crianças com deficiência para que a igreja recolhesse e cuidasse delas. Nesse movimento, a igreja assumia um papel que deveria ser do Estado.

A própria religião, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, portanto, ser perfeito, acrescia a ideia da condição humana, incluindo-se aí a perfeição

física e mental. E, não sendo “parecidos com Deus”, os portadores² de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana, e tidas como culpadas de sua própria deficiência. Tal circunstância foi uma constante cultural no decorrer da História (MAZZOTA, 2005 *apud* FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUEIRA, 2014, p. 135).

O século XX ficou marcado por várias mudanças nos modelos antes estabelecidos. “Ele trouxe consigo avanços importantes para os indivíduos com deficiência, sobretudo em relação às ajudas técnicas: cadeiras de rodas, bengalas, sistema de ensino para surdos e cegos, dentre outros que foram se aperfeiçoando” fazendo com que esses indivíduos pudessem participar efetivamente da sociedade, tornando-se cidadãos de direito (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUEIRA, 2014, p. 139). A partir desse período, aparecem

[...] as contradições do sistema político-sócio-econômico vigente da década de 60. Ele evidenciava a diminuição das responsabilidades sociais do Estado e buscava diminuir o ônus populacional. Então, manter a população na improdutividade e na segregação custava muito ao sistema, é o discurso da autonomia e da produtividade era mais interessante para a integração da pessoa com deficiência na sociedade. Assim, surgiram entidades planejadas para desenvolver meios para que estes indivíduos pudessem voltar ao sistema produtivo com treinamento e educação especial. Dessa forma, eles estavam preparados para o trabalho, e envolvia o conceito de integração (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUEIRA, 2014, p. 140).

Ainda no século XX, segundo Dicher e Trevisam (2014), houve efetivamente um avanço, um maior interesse em estudar e colaborar para uma melhor qualidade de vida das PCD, que, infelizmente, foi interrompido pela Primeira Guerra Mundial. A maior parte das pessoas saudáveis foi enviada para a guerra e, conseqüentemente, parte delas voltou mutilada, aumentando o número de PCD. Antes da Segunda Guerra Mundial ser declarada, em 1939, o então chanceler Adolf Hitler assinou um decreto instaurando o Programa de Eutanásia na Alemanha nazista, determinando que todas as PCD deveriam ser executadas. Esse programa encerrou-se, definitivamente, em 1941, mas sabe-se que as execuções continuaram até o fim da guerra.

O reconhecimento das PCD como seres humanos dotados de direitos foi definitivamente instituído em 10 de dezembro de 1948, após a barbárie da Segunda Guerra, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)³, que descreve, em seu preâmbulo:

² O termo portadores de deficiência foi usado por muito tempo, mas hoje é politicamente incorreto, pois o indivíduo não porta uma deficiência, não é como se ele pudesse colocar ou tirar a deficiência. A deficiência, seja ela física ou mental, é algo permanente.

³ DUDH: é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. (BRASIL, 2018c).

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009, p. 02).

Este documento foi elaborado pela Organização das Nações Unidas e assinado, na época, por 48 países e o Brasil foi um dos primeiros países a validar esse documento. Em seus 30 artigos, descreve os direitos fundamentais da pessoa humana sendo esses, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e garantindo que todos são iguais. A DUDH, declara em seu Art. 1 que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009, p. 04), sem distinção de raça, cor, religião, sexo, opinião política, nacionalidade, idioma e condição social.

Por vezes, são negados direitos importantes, tanto pelo Estado como por outros cidadãos e, por vezes, aproveita-se para se beneficiar de situações que, segundo o próprio entendimento, equilibrariam a justiça pelo mal anterior sofrido. A Declaração Universal dos Direitos Humanos teve por objetivo evitar que esses julgamentos embebidos pelas paixões e sobre situações específicas sirvam para violarmos direitos alheios. Veio para igualar as pessoas naquilo que talvez seja a única coisa que seja compartilhada da mesma forma por todos: a condição de ser humano (PORTO; FENSTERSEIFER, 2018, p. 63).

A DUDH dispõe em seu Artigo 7 do seguinte: “Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009, p. 2). O documento atesta que todas as pessoas são iguais, sem distinção de raça, cor, credo, religião, opinião política, idioma, sexo, gênero, condição social e condição física e/ou psíquica.

O ser humano restrito à sua funcionalidade, ou a sua utilidade nas atividades reconhecidas como valorosas por determinadas sociedades, bem como por seus padrões de saúde e beleza, sempre mutáveis, levou a história humana a inúmeros descaminhos. Perceber a pessoa humana como um fim em si mesma fundamenta a luta pelos direitos universais em toda parte. As pessoas com deficiência, como minoria estigmatizada, aderem a esse movimento e deslocam a questão da deficiência, que antes parecia ser somente do indivíduo, para a coletividade, ou seja, uma questão de adaptabilidade, reconhecimento e inclusão na sociedade em que elas estão inseridas (RESENDE, 2016, p. 18).

Os artigos seguintes da DUDH descrevem que toda pessoa humana goza de toda liberdade em ser e estar, com direito à segurança e proteção contra todo e qualquer tipo de discriminação. Tem direito à liberdade de opinião e de se expressar. Direito à saúde e bem-estar, juntamente com seus familiares. Direito à alimentação, moradia, à instrução gratuita

acessível a todos, contribuindo para o desenvolvimento da personalidade humana. Sobre a instrução descrito no Art. XXVI – 2:

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009, p. 14).

No Brasil, a partir dos anos 70:

O Movimento das Pessoas com Deficiência, concatenado com outros movimentos científicos e sociais no mundo, começa a questionar o paradigma mecanicista da medicina e o caritativo, este último base das ações de instituições religiosas, para lidar com a deficiência. Seriam essas pessoas realmente inadequadas, incapazes de contribuir para a comunidade, ou a sociedade como está organizada é que não abarca as suas limitações individuais? Nesse momento, a luta pelos direitos das pessoas com deficiência muda do campo da assistência social para o campo dos Direitos Humanos. A questão da deficiência passa a ser pensada não como um problema individual, mas na sua relação com a sociedade. Sob esse ponto de vista, é a comunidade que cria barreiras nas suas atitudes (medo, desconhecimento, falta de expectativas, estigma, preconceito), nomeio ambiente (inacessibilidade física) e nas instituições (discriminações de caráter legal), dificultando e apartando de uma vida digna as pessoas com deficiência (RESENDE, 2016, p. 12).

Reforçando o que já havia sido descrito na DUDH, em 5 de outubro de 1988, foi publicado, no Diário Oficial da União, a primeira Constituição Federal do Brasil⁴ que constitui como objetivos a igualdade, dignidade e direitos da pessoa humana, sendo punidos por lei qualquer tipo de preconceito e descriminalização:

Título I – Dos Princípios Fundamentais:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos

4 Constituição da República Federativa do Brasil: é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (BRASIL, 2016, s. p.).

A Constituição Brasileira constitui como objetivos, independentemente de sua condição social, política e econômica, a igualdade, dignidade e direitos da pessoa humana, a punição por lei, qualquer tipo de preconceito e discriminação, reforçando o que já está descrito na DUDH e para garantir os direitos da pessoa humana é necessário denunciar o não cumprimento desses direitos e “discutir o particular dos contextos em que essa violação de direitos ocorre e verificar a sua universalidade no sentido de que as particularidades dos grupos sociais sejam tratadas de forma hegemônica” (AVELAR, 2011 *apud* PORTO; FENSTERSEIFER, 2018, p. 64).

Entre outros documentos apoiadores às PCD, foram elaborados, durante a Conferência Mundial sobre direitos Humanos da ONU em 1993 (BRASIL, 2018), o Programa e a Declaração de Viena, que afirmaram que todo tipo de discriminação e intolerância deveria ser eliminada, seja contra as PCD, mulheres, crianças, indígenas, ou seja, contra todas as minorias.

A partir de 2007, após a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, que:

Reconheceu a mudança de paradigma do modelo biomédico da abordagem da situação das pessoas com deficiência, que a via como um problema individual, para o modelo dos direitos humanos, que encara a deficiência como questão social. Sabemos que isso faz toda a diferença, pois se antes as pessoas precisavam ser adaptadas às condições da sociedade, hoje entende-se que a sociedade precisa se desenvolver para se adaptar às necessidades dos indivíduos. Essa mudança de perspectiva tem gerado, portanto, a necessidade de legislações e políticas públicas mais efetivas nos diversos países (RESENDE, 2016, p. 32).

Fazia-se necessário um documento que fosse mais explícito e mais acessível tratando especificamente dos direitos das PCD e, finalmente, em 2015, foi instituído pela então Presidenta Dilma Rousseff a Lei n.º 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência – Estatuto das Pessoas com Deficiência, “[...] destinada a assegurar e a promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, p. 08).

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I – os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II – os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III – a limitação no desempenho de atividades; e

IV – a restrição de participação

§ 2o O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência (BRASIL, 2015, p. 08-09).

Segundo esse Estatuto, são consideradas PCD aquelas que possuem algum tipo de deficiência de longo prazo ou permanente que as restringem, de alguma forma, à realização de suas atividades devido a algum tipo de barreira/dificuldade imposta a elas. Anteriormente, era levado em conta somente o fator biomédico para diagnosticar se uma pessoa possuía uma deficiência ou não e a partir do Estatuto, a avaliação dessas pessoas começou a ocorrer de maneira multiprofissional e interdisciplinar, levando em conta os fatores médicos, psicológicos e o meio social em que vivem. O Poder Executivo será responsável e criará condições para que essa avaliação seja realizada.

Para fins de aplicação da Lei n.º 13.146, consideram-se:

- I – acessibilidade;
- II – desenho universal;
- III – tecnologia assistiva ou ajuda técnica;
- IV – barreiras:
 - a) barreiras urbanísticas;
 - b) barreiras arquitetônicas;
 - c) barreiras nos transportes;
 - d) barreiras de comunicações e na informação;
 - e) barreiras atitudinais;
 - f) barreiras tecnológicas;
- V – comunicação;
- VI – adaptações razoáveis;
- VII – elemento de urbanização;
- VIII – mobiliário urbano;
- IX – pessoa com mobilidade reduzida;
- X – residências inclusivas;
- XI – moradia para a vida independente da pessoa com deficiência;
- XII – atendente pessoal;
- XIII – profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;
- XIV – acompanhante (BRASIL, 2015, p. 09).

No Art. 3º fica estabelecido que todas as PCD devem ter acesso a todos os ambientes e tecnologias em iguais condições de uma pessoa que não possua nenhuma deficiência e, para que isso de fato aconteça, as edificações devem se adequar promovendo a efetiva acessibilidade, bem como os produtos, equipamentos e serviços. Esses devem ser desenvolvidos de modo que as PCD desenvolvam sua autonomia e possam ser incluídas na sociedade. Qualquer tipo de barreira ou entrave que impeça a PCD de realizar suas atividades irá contra o Estatuto da Pessoa com Deficiência e muitas dessas barreiras, se não forem adequadas por seus responsáveis, estarão sujeitas a multas e até reclusão por serem considerados atos discriminatórios. “É dever

de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015, p. 13).

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015, p. 14).

O Art. 8º do Estatuto decorre sobre violações ocorridas com PCD e maior parte dessas violações parte da própria família e de seus cuidadores, pessoas que deveriam cuidar, amparar e proteger aproveitam da deficiência dessas pessoas para praticar crimes.

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 2015, p. 13).

É dever de toda a sociedade fazer valer os direitos das PCD em todos os âmbitos para que os mesmos possam ter garantida uma melhor qualidade de vida.

2.1 Educação Inclusiva

A educação é um direito de todos e está garantida mundialmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e, no Brasil, pela Constituição Federal de 1988. A educação tem um papel imprescindível na formação do conhecimento e de valores, promovendo a formação do cidadão e o respeito pelos direitos dos homens, fazendo que todos respeitem a diversidade.

A partir dos anos 50, o Brasil voltou a atenção para a educação das PCD criando escolas e institutos voltados ao atendimento dessas pessoas, pois era necessário entender que incluir o aluno com deficiência na escola regular não era somente disponibilizar o atendimento educacional especializado e sim recursos e metodologias que, de fato, incluísse esse aluno em sala de aula. A educação especial brasileira “[...] é entendida também como um conjunto de métodos, técnicas e recursos especiais de ensino e de formas de atendimento escolar de apoio

que se destinam a alunos que não conseguem atender às expectativas e exigências da educação regular” (MANTOAN, 2011, p. 06). A educação especial e a inclusão escolar no Brasil evoluíram significativamente ao longo da história. Pessoas que antes eram excluídas e encaminhadas, somente, para escolas especiais, puderam, enfim, frequentar a rede regular de ensino.

A educação de PCD passou por algumas etapas:

- a. Primeiramente, a educação era exclusivamente por iniciativa privada, na qual havia instituições que atendiam somente PCD. Essas instituições seguiram o modelo do Instituto dos Meninos Cegos⁵ (escolas especiais como as atuais APAEs⁶), fazendo com que esses alunos permanecessem excluídos do convívio social;
- b. Posteriormente, estabeleceu-se a educação inclusiva em âmbito nacional;
- c. Finalmente, constituíram-se propostas para que a inclusão escolar, de fato, acontecesse⁷.

Ficou estabelecido na elaboração da primeira LDB⁸, de 1961, o direito das PCD à educação e que o sistema de ensino deveria adequar-se a esses indivíduos para que esses fossem incluídos na sociedade. Essa lei gerou um sentido ambíguo, pois não ficou claro se os alunos deveriam ser inseridos no ensino regular de ensino ou no ensino especializado e que, mais tarde, ficou estabelecido que os alunos com deficiência deveriam ter um atendimento especializado, sem interesse de escolarizá-los. Muitos relacionam PCD à educação especial, fazendo a educação regredir ao invés de progredir, optando pela não inserção dessas pessoas ao ensino regular.

A nova LDB 9.394/96 estabeleceu que os alunos com deficiência devem ser matriculados, preferencialmente, nas escolas regulares de ensino, isso é, de fato, um avanço em relação à LDB anterior. A LDB 9.394/96 retrata algumas contribuições para a melhoria do ensino inclusivo quando menciona novos parâmetros para a formação de currículos onde as escolas teriam a liberdade de fazer o planejamento com a participação de toda a comunidade escolar e de acordo com a realidade encontrada, ou seja, de acordo com a necessidade de cada

⁵ Instituto dos Meninos Cegos: Fundado no Rio de Janeiro em 1854 por JOSÉ ALVARES DE Azevedo, um cego brasileiro que estudara no Instituto de Jovens Cegos de Paris. Nesse Instituto eram ministradas para os alunos com deficiência visual matérias como a escrita, leitura, música e trabalhos mecânicos.

⁶ APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

⁷ Decreto 10.502 de 30/09/2020: tira a obrigatoriedade dos pais de matricular seus filhos (PCD) na escola regular, indicando um retrocesso de mais de um século se referirmos à fundação da primeira escola especial que foi o Instituto dos Meninos Cegos, onde incluir passa a ser segregar. O decreto foi suspenso em dezembro de 2020, pelo ministro do STF Dias Toffoli.

⁸ LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que é a legislação que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado.

uma e à medida que as dificuldades fossem aparecendo (as escolas que se adequam e não os alunos). (BRASIL, 1996).

No Art. 60, Parágrafo único, fica estabelecido que “O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino” (LDB, 2017, p. 41) e, em seu artigo 59, fica garantido que as metodologias e práticas usadas na educação de PCD devem ser adaptadas e que os profissionais da educação devem receber capacitação para o exercício de seu trabalho, mas não descreveu como esses alunos deveriam ser avaliados.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado (BRASIL, 2017, p. 40).

Na Constituição Federal de 1998, no artigo 205, ficou estabelecido que todos têm direito à educação, o qual deve ser garantido pelo Estado e pela família com o objetivo de formar a pessoa humana para o exercício da cidadania e a capacitação para o trabalho. Em seu artigo 206, estabelece que:

- a. Todos devem ter igualdade de oportunidades para frequentarem a escola;
- b. Todos têm direito de liberdade de pensamento e tempo próprio de aprendizagem;
- c. Todos têm direito a um ensino de qualidade;
- d. Todos têm direito ao ensino público gratuito;
- e. Todos os profissionais da educação devem ser valorizados e com piso salarial estabelecido.

No artigo 208 deste mesmo documento é garantido, aos alunos com deficiência, o atendimento educacional especializado (AEE), de preferência, na escola regular e para que haja a inserção desses alunos nesse tipo de ensino, a fim de proporcionar a igualdade de oportunidades, construindo uma sociedade mais justa para todos, sem qualquer tipo de preconceito nem discriminação, independentemente das condições socioeconômicas e culturais dos indivíduos e para isso é necessário que se faça adequações físicas/estruturais da instituição que irão recebe-los, capacitação de profissionais, transporte adaptado para o transporte de PCD físicas (casou necessite) e benefício salarial mensal para aqueles que não possuem recursos para sua subsistência.

A Unesco tem um papel relevante na educação mundial, particularmente na educação inclusiva. Um dos fundamentos dessa instituição é a dignidade da pessoa humana e do princípio de igualdade, fazendo com que haja a diminuição do analfabetismo e a igualdade de gêneros.

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. § 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015, p. 12).

A educação deve ser gradativa e de qualidade para todos, favorecendo a diversidade sociocultural, compondo uma sociedade desprovida de preconceito e discriminação. Esse conceito ficou reforçado na Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino⁹ que descreve discriminação como sendo qualquer “[...] exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social condição econômica ou nascimento, tenha por objeto ou efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento” (RAZABONI; LEÃO; SANCHES, 2018, p. 146) e que todo tipo de discriminação fere a dignidade humana.

A Unesco apoiou o Brasil a promover uma escola igualitária em que todos, sem distinção, tivessem alcance a uma educação de qualidade e acesso, independentemente de suas condições socioculturais, culturais, mentais ou físicas. Para a Unesco, a inclusão escolar é uma

2 de maio de 1962. Lembrando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos do Homem declara o princípio da não discriminação e proclama o direito de toda pessoa à educação. Criar uma discriminação no campo do ensino de violação dos direitos enunciados nesta. Criar os termos de sua Constituição, uma Organização das Nações Unidas para a educação, uma ciência e uma cultura que propõem um instituto de colaboração entre países para garantir a todos o respeito universal dos direitos do homem e oportunidades iguais de educação. Consciente de que incumbe consequentemente à Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, dentro do respeito da diversidade dos sistemas nacionais de educação não só prescrever qualquer discriminação em matéria de ensino, mas igualmente promover a igualdade de oportunidade e tratamento para todos nestes campos.

maneira positiva de atender à diversidade de pessoas com um olhar especial para a especificidade de cada indivíduo. A Unesco também foi uma das responsáveis por promover a Conferência de Salamanca que se baseou em uma educação para todos independente de suas condições neuropsicológicas e físicas, onde os governantes deveriam elaborar um sistema educacional que fosse capaz de educar a todos, com ou sem deficiência, em que todos devem aprender juntos, com um sistema que possa ensinar e promover um crescimento igualitário. Para que isso ocorresse, o currículo escolar precisaria ser adaptado e flexível e deveria ser elaborado por uma administração descentralizada, com a participação de toda a comunidade escolar - pais, voluntários e alunos (BRASIL, 2003).

Durante longos anos a escola foi uma organização em que se tratava a capacidade, as habilidades e características dos alunos de forma igualitária para todos sem perceber as dificuldades de cada aluno e qual o motivo delas. A educação inclusiva é um direito assegurado por lei e, portanto, faz-se necessário extinguir todo tipo de preconceito existente, exigindo que as diferenças sejam respeitadas. Os Art. 27 e 28 do Estatuto da Pessoa com deficiência retrata a educação como:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IX – adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência (BRASIL, 2015, p. 19 e 20).

Cabe à escola se adequar às necessidades desses alunos, colaborando para que haja o desenvolvimento de suas habilidades e a construção de seu conhecimento, levando em conta seus limites. A educação possibilita a todos os indivíduos inúmeras realizações com grandes consequências para a formação do ser humano, sejam elas socioculturais, políticas ou

econômicas. Para que a inclusão escolar aconteça efetivamente, acredito que a escola possua profissionais capacitados para o atendimento educacional especializado (AEE¹⁰) e recursos metodológicos que proporcionem o desenvolvimento cognitivo e motor de seus educandos e para isso é preciso que a escola disponha de uma sala recurso multifuncional que possuam equipamentos de informática, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade.

É relevante destacar que, de modo geral, a formação recebida pelos professores influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos. Um fator que precisa ser levado em consideração quando se fala em formação de professores é a diversidade regional e socioeconômica do Brasil e seu rebatimento na universidade, instituição responsável pela formação de parte significativa dos professores. Esse aspecto é de grande importância e deve ser analisado no que tange aos investimentos necessários para o intercâmbio e a disseminação do conhecimento produzido pela academia. Atualmente, são poucos os intercâmbios de experiências positivas de inclusão em âmbito nacional (PLETSCH, 2009, p. 149).

Ficou estabelecido, na elaboração da primeira LDB¹¹ de 1961, o direito das PCD à educação e que o sistema de ensino deveria adequar-se a esses indivíduos para que esses fossem incluídos na sociedade. Essa lei gerou um sentido ambíguo, pois não ficou claro se os alunos deveriam ser inseridos no ensino regular ou no ensino especializado e que, mais tarde, ficou estabelecido que os alunos com deficiência deveriam ter um atendimento especializado, sem interesse de escolarizá-los. Muitos relacionam PCD à educação especial, fazendo a educação regredir ao invés de progredir, optando pela não inserção dessas pessoas ao ensino regular.

A partir dos anos 1990, as PCD começaram a reivindicar os direitos que haviam conquistado, fazendo com que suas necessidades fossem respeitadas e supridas, tanto no âmbito escolar como no ambiente de trabalho. De acordo com a autora:

As pessoas buscam afirmação e querem ser ouvidas, como outras vozes das minorias, que precisam ser consideradas e uma sociedade democrática, como a que hoje vivemos neste país. Mas, infelizmente, apesar de estarem presentes e terem mostrado suas atuações em vários aspectos da vida social, os referidos movimentos não são ainda fortes no que diz respeito à prerrogativas educacionais, aos processos escolares, notadamente os inclusivos (MANTOAN, 2011, p. 05).

Até 2011 não havia regulamentações (leis) específicas voltadas à inserção de PCD em escolas regulares de ensino. Os alunos que frequentavam o ensino especializado eram, em sua maioria, alunos que apresentavam alto nível de dificuldade de aprendizagem, sendo facilmente confundidos como PCD e assim eram discriminados por não haver nenhum amparo legal (não

¹⁰ AEE: Atendimento Educacional Especializado. O especialista do AEE faz a ponte entre o aluno e o professor da sala de aula comum, permitindo uma troca de experiência que contribua nesse processo educacional e em todo o contexto escolar, bem como a inserção na sociedade.

¹¹ LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que é a legislação que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado.

possuíam laudos). Naquele momento, havia a necessidade de medidas que pudessem garantir aos alunos com deficiência, o direito à educação inclusiva, já que uma confusão havia se instalado no sentido da inclusão escolar, trazendo prejuízos a todos que lutavam para implementar esse tipo de educação nas escolas tradicionais.

Segundo Montoan (2011), a educação especial no Brasil avançou devido a esforços e campanhas de pessoas que se identificavam com a educação das PCD. Essas campanhas eram lideradas por pais e responsáveis que lutaram para que o sistema educacional atendesse às necessidades de seus filhos, que o sistema fosse mais eficiente. O avanço da inclusão escolar veio também por meio de decretos e leis mais efetivas que garantiram os direitos das PCD.

É importante ressaltar que integração escolar é diferente de inclusão escolar. A primeira, refere-se: a forma como o aluno será introduzido na escola regular irá implicar no nível de capacidade e adaptação dele ao ensino regular; e a segunda, independentemente do nível de deficiência do aluno, a escola deverá se adaptar às suas necessidades, respeitando a especificidade de cada indivíduo ofertando uma escola igual para todos (MANTON, 2011).

Muitos professores de atendimento especial e alguns profissionais de saúde questionaram se a inclusão escolar era realmente necessária, pois muitos desses profissionais sentiam que poderiam perder seu espaço no mercado de trabalho. Outros, mais resistentes, pensavam que os alunos não estariam preparados para esse processo e que não se achavam aptos por falta de capacitação. Há também um preconceito por parte dos familiares de alunos sem deficiência, que creem que a inclusão pode atrapalhar o processo de ensino aprendizagem de seus filhos devido à adequação necessária para receber os alunos com deficiência.

A Lei n.º 12.764, em seu parágrafo único, determinou que “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2012). Ainda nessa Lei, em seu Art. 7º, fica estabelecido em relação ao ensino de pessoas com TEA que “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos” e, no §1º desse mesmo artigo, que, “Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo (BRASIL, 2012, s. p.).

Segundo Mantoan (2011), em 2001, discutiu-se, na Câmara do Ensino Básico do Conselho Nacional de Educação, sobre as Diretrizes Curriculares da Educação Especial, um documento, no qual educadores, pais e as próprias PCD colocaram que, apesar de existir muitos

esclarecimentos sobre a inclusão escolar, ela não estaria acontecendo na prática. Nesse documento fica entendido que para haver inclusão escolar era preciso que o ensino especial se fundisse ao ensino regular, fazendo com que o aluno com deficiência tivesse que se adequar ao ensino regular para cursá-lo. O que é especial na educação não é a divisão de sistemas escolares em educação especial e regular, mas reconhecer que todos os indivíduos são iguais, independentemente de suas dificuldades e condições socioeconômicas e culturais. Nesse sentido, a escola deverá ser capaz de atender a todos sem distinção ou qualquer tipo de preconceito e discriminação. As transformações no sistema educacional não são uma utopia, é algo possível já que existem meios para que essas transformações aconteçam. Algumas escolas das redes pública e privada aceitaram o desafio e se tornaram escolas inclusivas.

Fez-se necessário que os professores tivessem uma formação inicial e continuada de melhor qualidade, que atendesse às necessidades de todos os alunos, e não somente uma especialização que atendesse somente os alunos com deficiência. Foi preciso uma formação que elevasse o nível de formação de todos os profissionais da educação, sendo especialista ou não. O bom resultado nas escolas trabalhadas está ligado à efetividade dos planos de ação dos sistemas de ensino de cada instituição, afinal, estas não trabalhavam com a educação inclusiva.

Em uma palavra, o desafio da inclusão está desestabilizando as cabeças dos que sempre defenderam a seleção, a fragmentação do ensino em modalidades, as especializações e especialistas, o poder das avaliações, da visão clínica do ensino e da aprendizagem. E como não há bem que sempre ature, está sendo difícil manter resguardados e imunes às mudanças todos os que colocam nos alunos a incapacidade de aprender (MONTANO, 2011, p. 20).

Deve-se reinventar a educação escolar sob uma visão diferente, usando novos conceitos, deixando de lado preconceitos e estereótipos no qual a PCD possa ser incluída, propondo uma escola singular, uma escola para todos e que respeite as diversidades, colocando todos em nível de igualdade de oportunidades. Assim, a formação dos alunos passa a ser por ciclos e não mais por séries e o processo de avaliação da aprendizagem passa a ser em todas as direções, valorizando todos os saberes. Os pais são os grandes colaboradores dos que estão lutando para que uma nova educação escolar seja construída. Afinal, são eles que estimulam essa reinvenção da educação para a melhoria da qualidade escolar de seus filhos e que a inclusão aconteça em sua totalidade.

É preciso desmitificar e modificar as nossas interações com essas pessoas, afinal, aprendemos que a deficiência faz parte de nossas vidas e de todas as sociedades humanas. Começar a enxergar pessoas com deficiência para além de suas funcionalidades pode ser uma experiência única e bastante enriquecedora (RESENDE, 2016, p. 20).

Segundo o artigo 5º da Constituição Federal¹², todas as pessoas são iguais perante a lei, sem distinção de cor, raça, credo, religião, sexo, orientação sexual e que todos têm direito: a) a vida digna e de qualidade; b) a liberdade de expressão e de ir e vir; c) a proteção; e para garantir esses direitos a todos, é imprescindível que a educação inclusiva aconteça.

A dignidade da pessoa humana é dos valores mais importantes que qualquer Estado deve observar. Isso implica ao Estado a adoção de políticas sociais, leis contra discriminação e contra qualquer condição degradante que alguém possa sofrer. Aqui também encontramos a imposição ao Estado de buscar e manter uma vida digna para todos (HACK, 2008 *apud* RAZABON; LEÃO; SANCHES, 2018, p. 148).

Todos têm direito a dignidade e a um bom ensino aprendizagem. Para tanto, abordaremos como PCD, os indivíduos que estão dentro do Transtorno do Espectro Autista e como esses devem ser incluídos no ambiente escolar regular.

2.2 PCD - Autismo

Embora haja diversas contradições conceituais, é importante conceituar o termo “deficiência” exatamente, usando de maneira eficiente sua definição, respeitando suas diferenças, concepções e conceitos, explorando, seu real significado.

Desde 1976 a Organização Mundial da Saúde (OMS) não reconhece em seu sistema de Classificação Internacional das Doenças (CID), a inserção do termo “deficiência” como doença. Os diferentes significados, em vários países, fazem com que se entenda que há uma preocupação quanto ao uso do termo. Ele é utilizado de forma a acompanhar a questão cultural de cada região ou povos. Padronizar um único termo seria desconsiderar sua importante oportunidade de aceitabilidade dentro de um contexto de inclusão de “deficientes” (AMARAL, 1992).

Ainda falando sobre conceitos e definições médicas sobre o estado de saúde do indivíduo, as alterações no organismo são definidoras “reguladas e padronizadas” por órgãos internacionais que desconsideram questões socioculturais. Essas padronizações, apesar de serem uma maneira de unificar terminologias por vezes preconceituosas, são influenciadoras

¹² Contrariando o que diz a Constituição Federal o Decreto 10.502 de 20 de setembro de 2020 do presidente Jair Messias Bolsonaro, estipula que a matrícula de PCD em escolas regulares não será mais obrigatória, ficando a critério dos pais e da própria PCD escolher se serão matriculados em uma escola especial ou regular. Esse decreto é contrário a todos os documentos elaborados anteriormente (documentos, inclusive, em que o Brasil é signatário), documentos esses que afirmam que o direito à inclusão é absoluto, inviolável, mesmo que não traga todos os benefícios necessários ao aluno. Esse decreto é inconstitucional, pois, segundo a pirâmide de Kelsen, um decreto não pode se sobrepor à Constituição federal. É um retrocesso de mais de um século (desde que a primeira escola especial foi fundada no Brasil). Esse decreto exclui, segrega, retira o direito das PCD do convívio social, prejudicando o desenvolvimento de sua autonomia (BRASIL, 2020).

de atitudes sociais em vários pontos: especialização, recursos, acompanhamento diferenciado etc.

Amaral (1992) afirma, conforme modelo médico, que há diferentes níveis de prevenção: primária, secundária e terciária. A prevenção primária remete-se a questões saneadoras com o objetivo de atender a população de modo geral com a intenção de evitar casos de doenças existentes e se precavendo a novos casos, como a Poliomielite. A prevenção secundária tenta diminuir os casos que possam existir na população de maneira progressiva. Utilizando-se de Programas de saúde amenizando, assim, o agravamento do quadro de saúde de doenças existentes. A prevenção terciária está relacionada à questão de inserção social trabalhando de maneira individualizada cada deficiência. O trabalho estatal aparece de forma mais incipiente e mais intensa utilizando-se da máquina pública para prover apoio a cada situação por meio de transporte específico, atendimento em domicílio, medicação gratuita etc.

De qualquer forma, mantenho-me, atualmente, fiel ao entendimento inicial proposto e sublinho que é já prevenção terciária, no segmento de barreiras atitudinais, que as insere a presente pesquisa, pois entendo que os preconceituosos, os estereótipos e o estigma são os elementos constitutivos dessas barreiras atitudinais ou psicossociais (AMARAL, 1992, p. 48).

As denominações empregadas nas Organizações das Nações Unidas são dois termos específicos: reabilitação e equiparação de oportunidades, definições que corroboram com o seu entendimento mostrado anteriormente sobre os tipos de prevenção, existindo uma ligação paralela na qual se evidencia o papel importante do estado e a sociedade (acessibilidade – equiparação de oportunidades). Definir expressões para descrever o indivíduo, rotulando-o com expressões folclóricas ou pejorativas é excluir o indivíduo da sociedade de maneira agressiva e ofensiva. Deixando de obter oportunidades que podem estar ocultas.

Amaral (1992), após apresentar as definições de cada tipo de prevenção, mantém seu foco na prevenção terciária. Considerando-a como o melhor instrumento e dispositivo para apoiar-se em seu argumento de que esta prevenção é, de fato, o arremate da inclusão na sociedade. Abstendo-se de estereótipos que ocasionam isolamento dos indivíduos com deficiência. Dessa forma, estabelece-se a necessidade, diante das circunstâncias, de buscar corrigir as desvantagens decorrentes das patologias de cada organismo.

É comum entre PCD apresentar alterações corporais no que diz respeito à aparência física ou aspecto cognitivo, características que são diversas e que podem estar associadas a outras. Assim, uma pessoa sem aparente deficiência física pode apresentar outros problemas, o que pode interferir nos seus hábitos sociais, sejam eles familiares ou fora dele.

Essas alterações (manifestações), se evidentes, são exteriorizadas por anomalias na estrutura ou aparência, ou ainda no funcionamento de um órgão ou sistema (deficiência) alterando a capacidade de realização (incapacidade), o que pode colocar o indivíduo em situação de prejuízo (desvantagem), resultante de deficiência ou incapacidade, em relação a outros indivíduos de seu grupo (AMARAL, 1992, p. 49).

Aborda-se, nesta subseção, as pessoas com Autismo (TEA)¹³ como PCD. Anteriormente, essas pessoas não eram consideradas PCD e passaram a ser somente a partir da Lei n.º 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Entre as diretrizes dessa Lei, estão:

Art. 1 - § 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado (BRASIL, 2012, s. p.).

Segundo a *American Psychological Association* (APA)¹⁴, o termo TEA:

Refere-se a um transtorno do neurodesenvolvimento que se caracteriza por dificuldades de comunicação social e interação social e padrões restritos e repetitivos

¹³ TEA: Transtorno do Espectro do Autismo

¹⁴ APA: *American Psychological Association* é uma organização que representa a psicologia nos Estados Unidos da América e no Canadá. Tem por volta de 150 mil membros, sendo a maior do gênero do mundo.

de comportamentos, interesses e atividades. Por definição, os sintomas estão presentes no início do desenvolvimento e afetam o funcionamento diário. O termo 'espectro' é usado por causa da heterogeneidade na apresentação e gravidade dos sintomas de TEA, bem como nas habilidades e no nível de funcionamento de indivíduos com TEA (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2020, s. p.).

Para diagnosticar uma pessoa com Autismo é necessária uma avaliação biopsicossocial, feita por equipe multiprofissional e interdisciplinar, ou seja, para essa avaliação será levado em conta a análise biomédica, psicológica e social que se constitui em uma análise do contexto social em que esse indivíduo vive. Quanto mais cedo um Autista tiver um diagnóstico, melhor qualidade de vida o indivíduo terá, por esse motivo, família, amigos e professores devem ficar atentos ao comportamento das crianças, pois:

São perceptíveis as manifestações dos déficits do autismo no cotidiano da criança. O déficit na comunicação/linguagem pode ser encontrado com a ausência ou atraso do desenvolvimento da linguagem oral. Já o déficit na interação social é recorrente ao autismo, tendo em vista a falta de reciprocidade, a dificuldade na socialização e o comprometimento do contato com o próximo. E outro fator perceptível no autista é o déficit comportamental, onde se encaixa a necessidade do autista em estabelecer uma rotina, além dos movimentos repetitivos e as estereotípias, presentes na maioria dos casos (SANTOS, 2017, p. 221).

Segundo Silva (2010), o primeiro a usar o termo Autismo foi o psiquiatra suíço Eugen Bleuler (1908), mas se referindo à esquizofrenia, que seria a perda do contato com a realidade. O termo voltou a ser usado em 1943 pelo psiquiatra austríaco Leo Kanner que, após um estudo comparativo realizado com 11 crianças, percebeu que todas elas apresentavam comportamentos parecidos, como incapacidade de se relacionar, movimentos corporais repetitivos, resistência à mudança de rotina, entre outros. (LOPES, 2017).

Os indivíduos com TEA apresentam comportamentos diferentes uns dos outros, alguns com sintomas mais leves e outros mais graves, por isso se fala em espectro, pois nem todos apresentarão as mesmas dificuldades de interação social ou comportamental (comportamento restrito ou repetitivo) e comprometimento intelectual; e essa classificação acontece de acordo com a intensidade do Autismo. Entre as características mais comuns de pessoas Autistas pode-se citar: a) Paladar seletivo (seletividade ao se alimentar): alguns podem chegar a ter comprometimento nutricional, ocorrendo excesso ou perda de peso e podendo desenvolver anemias, perdas musculares e bulimia; b) Má qualidade do sono: podendo causar maior estresse e ansiedade; c) Problemas sensoriais: como as texturas dos objetos e alimentos; d) Falta de contato visual; e) Comportamentos repetitivos f) Movimentos estereotipados (stims); g) Resistência às mudanças; h) Sensibilidade e irritabilidade à estímulos externos (sons); i) Resistência ao contato físico; j) Apego a alguns objetos ou partes deles; k) Ecolalia; l) Alguns

podem apresentar agressividade excessiva, podendo chegar à automutilação; m) Dificuldade cognitiva e/ou motora; n) Q.I.¹⁵ médio superior à superior. (KLIN, 2006).

O autista clássico apresenta, em sua interação social, muita dificuldade em usar adequadamente o contato ocular, a expressão facial, os gestos e a postura corporal para lidar com outros indivíduos. Tem dificuldade no desenvolvimento de relações de companheirismo, não busca nem oferece conforto ou afeição por outras pessoas em caso de tensão ou ansiedade e não compartilha sua satisfação com relação ao sentimento de prazer ou felicidade, levando-o com isso a não possuir reciprocidade social nem emocional. Na comunicação percebe-se a ausência de uso social de habilidades de linguagem, a diminuição de ações imaginativas e de imitação social, uma pequena sincronia e ausência de reciprocidade em diálogos, pequena flexibilidade na expressão de linguagem e relativa falta de criatividade e imaginação em processos mentais, além da ausência de resposta emocional a ações verbais e não verbais de outras pessoas. Os indivíduos têm padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento, apego específico a objetos incomuns, fidelidade compulsiva a rotinas ou rituais sem sentido funcional, hábitos motores estereotipados e repetitivos, obsessão por elementos sem função ou itens parciais do material de recreação e uma ansiedade com relação a mudanças em pequenos detalhes, sem função relacionada com o ambiente (ALMEDA, 2017, p. 04).

Além das características acima, os autistas também possuem o hiperfoco, que são interesses e preferências por algumas coisas/assuntos. Esses interesses podem durar dias, meses e até anos.

Estes interesses especiais são os temas que o hiperfoco sustenta. Eles podem vir a se constituir como profissões ou mesmo como gostos e traços de personalidade no futuro. Deve-se ter em conta que, do século XX em diante, as pessoas começaram a se reunir cada vez mais a partir de interesses e gostos (em especial os que são relacionados a produtos culturais variados). Um fenômeno que me deixa intrigado e ao mesmo tempo fascinado. Algumas pessoas defendem que o hiperfoco e os interesses podem ser considerados uma expressão natural da personalidade e também uma habilidade mental, algo que pode ajudar a definir a pessoa (embora ache que as pessoas não possam ser definidas por seus interesses). Mas creio que se o hiperfoco for treinado, ele pode ser bom para a socialização e mesmo para a inclusão social (SOUZA, 2017, p. 02).

Não há uma resposta exata sobre a causa do autismo, mas sabe-se que é uma combinação de fatores genéticos e mutações ambientais, ou seja, mudanças em certos genes aumentam o risco de uma criança ter autismo se os pais carregaram uma dessas mudanças genéticas, já que os genes são passados de pais para filhos.

O Transtorno do Espectro Autista não tem cura, desafia a todos os profissionais envolvidos e na literatura médica ainda não surgiram casos em que o quadro autístico tenha desaparecido. É importante deixar claro que para que a pessoa consiga ter um nível de convivência e autonomia satisfatórios, no decorrer de sua vida, deve-se trabalhar e modificar o máximo possível os déficits apresentados utilizando-se de métodos comprovados e eficazes. Trata-se de um transtorno crônico, associado a problemas genéticos, com causa neurobiológica, alterações nítidas no cérebro e muito influenciado por situações ambientais que fogem de nosso controle. Não existe um

¹⁵ Q.I: Quociente de Inteligência, são valores obtidos por meio de testes que avaliam a capacidade cognitiva de um indivíduo.

sistema de intervenção sócio biológico ideal, mas já é clara a forma multidisciplinar com a qual precisa ser tratado. Existem patamares de terapias que se encontram comprovados, outros estão em fase de comprovação, mas principalmente, existem terapias que são utilizadas por pais e profissionais, que tem excelentes resultados junto aos indivíduos e foram descobertas em períodos em que o Estado não dava às famílias o devido apoio. São fontes de informação que devem ser respeitadas e verificadas sem o preconceito dos profissionais que se encontram debruçados sobre as pesquisas para descoberta e tratamento do referido transtorno (ALMEDA, 2017, p. 06).

O Autismo não tem cura, porém existem inúmeras práticas que podem melhorar a qualidade de vida desses indivíduos, como terapias ocupacionais e comportamentais, fonoaudiologia, fisioterapia e, em alguns casos, medicações. O acompanhamento psicológico e o apoio familiar são imprescindíveis para o desenvolvimento da autonomia do Autista. A neurodiversidade existe e deve ser respeitada em todos os âmbitos, seja ela familiar, escolar, no trabalho, independentemente das condições socioeconômicas e culturais dessas pessoas.

A deficiência é algo inerente ao corpo, à condição física ou intelectual da pessoa. Por isso o termo mais correto a ser usado é o de ausência. Porque ausência na subjetividade é uma condição. A questão não se resolve com um braço mecânico ou uma cadeira de rodas. O sujeito não sai da condição de deficiente. Ele pode ter acessibilidade, mas não vai deixar de ser deficiente (RICHARTZ, 2017, p. 116).

No ensino inclusivo, a formação dos professores precisa ser continuada e essa formação tem como objetivo aperfeiçoar o que o professor aprendeu, em sua formação inicial, respeitando suas próprias limitações, aprendendo novas técnicas educativas para assim poder atender à todas as dificuldades dos alunos, sendo eles com deficiência ou não. O professor precisa entender que existe a necessidade de saber trabalhar com classes heterogêneas, que é preciso saber lidar com a diversidade, respeitando que cada indivíduo tem seu tempo de aprendizado, desse modo não haverá a exclusão de nenhum aluno.

Pensando nas barreiras que os alunos do público-alvo da Educação Especial podem encontrar ao ingressarem em uma escola regular de ensino, deve-se refletir acerca dos indivíduos que apresentam dificuldades de interagir socialmente e de se comunicar, além de apresentarem também comportamentos inadequados, características presentes nos indivíduos diagnosticados com Transtorno do Espectro do Autismo (TOGASHI; WALTER, 2016, p. 352).

A inclusão escolar é algo inevitável e será efetiva quando os projetos elaborados nesse âmbito forem colocados em prática, resultando na transformação da educação atual. O que mais corrobora para que essas transformações, de fato, aconteçam, são atitudes em favor da inclusão, atitudes de professores, gestores, pais, alunos com e sem deficiência e de indivíduos que estão dentro e fora do ambiente escolar, alguns marginalizados por não atenderem o padrão econômico e sociocultural imposto pela sociedade.

Quando se trata de inclusão de indivíduos com TEA, o processo de inclusão escolar tende a ser ainda mais delicado. O comprometimento na comunicação, interação social e a presença de padrão restrito e repetitivo de comportamento podem acarretar prejuízos no sucesso do aluno na sala de aula regular, caso não haja um direcionamento eficaz, uma vez que o fato de o TEA ser tão complexo pode ser um fator que dificulte a entrada de pessoas com esse diagnóstico em escolas (GOMES; MENDES, 2010 *apud* TOGASHI; WALTER, 2016, p. 352).

Alguns aspectos relacionados ao TEA podem dificultar a inclusão do aluno no ambiente regular de ensino, pois esses alunos possuem características específicas, como por exemplo, o comprometimento na comunicação e interação social, trazendo prejuízo ao ensino aprendizagem desses alunos, por esse motivo, há a necessidade de um profissional/professor, bem-preparado para que a inclusão de fato aconteça e de materiais didáticos relacionados ao assunto para melhor conscientização por parte de toda a sociedade e da própria PCD.

3 A LITERATURA E SUA FUNÇÃO HUMANIZADORA

De acordo com Candido (1989), a literatura é fator fundamental para a humanização das pessoas, confirmando o ser humano em sua humanidade, seja de modo consciente ou inconsciente. O autor, ainda considera a literatura como sendo um direito básico do ser humano por atuar efetivamente na formação ética do sujeito.

A literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudicial, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas (CANDIDO, 1989, p. 113).

Para conciliar os direitos humanos à literatura contemporânea, é importante atentar que a visão desses direitos tomou maior visibilidade com a facilidade de se obter informações as condições humanas vividas em diversas sociedades. A televisão, a internet e a facilidade de transmissão de informações, imagens, publicações de acesso gratuito, trouxeram visibilidade a problemas sociais que antes não eram vistos no mundo.

Pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo. Esta me parece a essência do problema, inclusive no plano estritamente individual, pois é necessário um grande esforço de educação e auto-educação a fim de reconhecermos sinceramente este postulado. Na verdade, a tendência mais funda é achar que os nossos direitos são mais urgentes que os do próximo (CANDIDO, 1989, p. 111).

Os antigos documentários sobre as condições externas de sobrevivência alertaram o mundo sobre a necessidade de tentar atender aos anseios do que não tinha acesso às modernidades. Países, cuja população vivia em condições de extrema carência alimentar e educacional, foram “descobertos” por intermédio da mídia, na época, apenas televisiva e de acesso seletivo. A facilidade de comunicação entre os povos facilitou a compreensão e uma visão diferente de mundo, separando continentes e realidades regionais em setores dos mais diversos, como exemplo, pode-se entender e enxergar a seca no nordeste, a fome na África, a escravidão e a guerra no oriente.

Diversas entidades buscaram resolver tais problemas. Vimos campanhas sociais por meio de artistas, políticos e diversas ações sociais mundiais que buscaram acalantar e amenizar a divergência entre povos e sociedades, existindo diferentes formas de tentar inserir pessoas de uma sociedade aos costumes e tradições que não lhes são tradicionais. Pode-se, também, facilitar o acesso à alimentação e a educação. Os dois podem ser subsidiados pelo estado. A

alimentação pode ser feita de maneira assistencialista e a educação com a ajuda de novas metodologias que se adequem à necessidade de cada região ou cultura.

A luta pelos direitos humanos pressupõe a consideração de tais problemas, e chegando mais perto do tema eu lembraria que são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura (CANDIDO, 1989, p. 112).

Como esta abordagem enquadra-se no enfoque literário, é possível estabelecer uma relação entre a necessidade ocasional e a necessária para cada oportunidade de modificar a estrutura de uma cultura educacional, observando todos os aspectos psicossociais de cada comunidade.

Do ponto de vista educacional, é importante atentar para aspectos culturais de cada sociedade: sua origem, suas necessidades básicas, seus anseios, hábitos, cultura etc., bem como a vivência social e cultural de cada povo que é reportada de diversas formas: gravuras, histórias contadas e literatura. A mescla de direitos humanos e literatura é perfeita para o desenvolvimento e integração entre uma sociedade. A literatura, em suas diversas formas, alimenta os conteúdos de uma construção histórica e cultural e faz com que os indivíduos de uma mesma sociedade possam ligar-se de maneira literária.

Vista deste modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possam viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabuloso. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável desse universo, independentemente da nossa vontade. E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito - como anedota, caso, história em quadrinho, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura corrida de um romance (CANDIDO, 1989, p. 113).

É importante observar que o produto literário, muitas vezes, não atinge a todos, seja por questões sociais ou de cunho individuais, como as dificuldades cognitivas. Existe, portanto, uma imensa complexidade entre o professor, conteúdo e aluno. A tentativa de reunir todos esses elementos faz a literatura ter desempenhos diferentes. As diferentes interpretações sobre o conteúdo e forma de aprendizado, fazem com que o papel do professor se revista de criatividade, seja no conteúdo apresentado ou na forma como é apresentado.

Existem várias formas de explorar a capacidade cognitiva do aluno e uma delas é utilizar a literatura como forma de aprendizagem, podendo ser usadas para facilitar a assimilação de conteúdo. “As produções literárias, de todos os tipos e todos os níveis, satisfazem necessidades básicas do ser humano, sobretudo através dessa incorporação, que enriquece a nossa percepção e a nossa visão do mundo” (CANDIDO, 1989, p. 115). A humanização do aprendizado é inevitável para a inserção na sociedade. Respeitar os índices de aprendizagem e dificuldade cognitivas de cada um, são imprescindíveis no processo ensino-aprendizagem.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental elaboraram documentos com temas que abordam assuntos de extrema importância para a educação e cidadania, os chamados “temas transversais”:

Os temas transversais são propostos na perspectiva da educação para a cidadania, como estratégia de introdução na escola das demandas atuais da sociedade, incorporando-se na sua dinâmica questões que fazem parte do cotidiano dos alunos, com as quais se confrontam diariamente. Nesta perspectiva, os PCNs privilegiam os princípios de “dignidade da pessoa humana”, que implica no respeito aos Direitos Humanos, “igualdade de direitos”, que supõe o princípio de equidade, “participação” como princípio democrático e “corresponsabilidade pela vida social” que implica parceria entre os poderes e os diferentes grupos sociais na construção da vida coletiva. Nesta perspectiva, para a proposta dos Parâmetros eleger a cidadania como eixo vertebrador da educação escolar supõe assumir três grandes diretrizes: posicionar-se em relação às questões sociais e interpretar a tarefa educativa como uma intervenção na realidade no momento presente; não tratar os valores apenas como conceitos ideais e incluir esta perspectiva no ensino das áreas do conhecimento escolar (CANDAUI, 2000 *apud* DIAS, 2017, p. 30).

Esses temas voltam-se à ética, saúde, diversidade cultural, meio ambiente, igualdade social e racial, orientação sexual e dignidade da pessoa humana. Esses temas não estão diretamente ligados a nenhuma disciplina específica e fica a critério da escola quais temas serão trabalhados conforme suas necessidades, podendo ser trabalhado de modo interdisciplinar.

Além das adaptações dos temas apresentados, é importante que sejam eleitos temas locais para integrar o componente Temas Transversais; por exemplo, muitas cidades têm elevadíssimos índices de acidentes com vítimas no trânsito, o que faz com que suas escolas necessitem incorporar a educação para o trânsito em seu currículo. Além deste, outros temas relativos, por exemplo, à paz ou ao uso de drogas podem constituir subtemas dos temas gerais; outras vezes, no entanto, podem exigir um tratamento específico e intenso, dependendo da realidade de cada contexto social, político, econômico e cultural. Nesse caso, devem ser incluídos como temas básicos (BRASIL, 1997, p. 45).

Um dos objetos culturais de representação de PCD são as obras literárias, que, muitas vezes, a representam como seres extremamente vulneráveis, inúteis, improdutivos, de má índole e dignas de pena. Isso porque, conforme lembra Amaral,

A literatura está repleta de armadilhas traiçoeiras enredando o deficiente, o diferente, em malhas maniquistas de bondade e maldade, virtude e pecado, santidade e malícia, feiura e beleza... Ou o mutilado é bom, sábio, virtuoso, heroico – e como isso neutraliza-se, compensa-se, a deficiência; ou é cruel, malicioso, covarde, cruel, objeto – e com isso estigmatiza-se a diferença (AMARAL, 1992 *apud* BORGES; SOTTILI; RADMANN, 2019, p. 742).

Nas palavras acima, fica sugerido que a literatura, como elemento não passivo a ideológica (considerando que a linguagem é ideológica), ajudou na construção e reverberação de estereótipos, justamente por atender a uma concepção mais maniqueísta do ser humano.

Para Ann Dowker, a ficção do século XIX representou a personagem com deficiência de modo “bastante complexo”:

Algumas personagens são retratadas de forma plana, como vilões ou, mais frequentemente, como sujeitos dignos de pena. Porém, muitos personagens são relativamente redondos, e sua presença nos livros daquela época pode estar apontando para o fato de que a deficiência era percebida como uma parte comum da vida. (DOWKER, 2013, p. 1054)

Nesse caso é possível inferir que haveria uma representatividade, ainda que ancorada em alguns aspectos simplistas, fazendo com que o tema perpassasse a realidade do leitor.

Amaral (1992), na tese de doutorado “Espelho Convexo: O corpo desviante no imaginário coletivo pela voz da Literatura Infanto-Juvenil”, constata poucas personagens deficientes humanas. Muitas utilizam-se da figura do animal. Na tese de Amaral, a autora parte da hipótese de que há, na literatura infanto-juvenil, elementos (explícitos ou implícitos) que configuram representações do corpo desviante, geradoras ou propiciadoras de cristalizações de estereótipos, denunciadoras de atitudes e preconceitos frente à diferença corporal e perpetuadoras de leituras maniqueístas e estigma. Para corroboração da hipótese, foram estudadas quarenta e sete (47) histórias editadas entre 1971 e 1991, com a análise central recaindo sobre atributos e ações das personagens corporalmente diferentes

Nesse sentido, levanta-se o seguinte questionamento: por que representar a deficiência através dos animais? A maioria é representada por animais porque é uma forma mais fácil de falar sobre os estigmas sociais sem ser mais preconceituoso ainda. O assunto já remete para a dificuldade que existe em lidar com a temática. Parece que, ao falar claramente da pessoa com deficiência, pode-se construir um discurso preconceituoso, na medida em que surgem dificuldades para encontrar as palavras mais apropriadas para nomear as deficiências (RICHARTZ, 2018).

Por mais que se crie uma normatização, uma nomenclatura adaptada a cada grupo, por mais que exista um esforço da coletividade e sociedade em tentar minimizar e/ou acolher uma

PCD, eles são perceptíveis em todos os sentidos. Essa percepção relativa aos PCD junta a outros fatores inerentes ao ser humano. As emoções afloradas de maneira natural consciente ou não são potencializadas levando a sentimentos por desprezo, curiosidade, desconhecimento etc. Esse agente potencializador é causador de vários comportamentos por parte dos dois lados gerando um comportamento cheio de dúvidas e incertezas, cercadas por uma forte carga de emoção. O afloramento de sentimentos gera conflitos pessoais internos e externos. Criando situações incomuns a todos os indivíduos sejam portadores de deficiência ou não. Após estabelecido o conflito várias são as situações a serem enfrentadas. (AMARAL, 1992).

Amaral (1992) considera a ironia como a forma mais expressiva da negação. A atenuação é ocasionada pelas diversas maneiras que as pessoas buscam, conforme o próprio termo, atenuar uma deficiência apresentada. Cita a comparação como forma de explorar as potencialidades do indivíduo em detrimento de suas deficiências buscando diminuir os efeitos das limitações do PCD. Quando explora sobre a simulação, a autora vê como uma tentativa de ocultar um problema de difícil conscientização. Neste espaço, oculta-se um problema existente com uma normativa com a finalidade de se amenizar buscando conceitos de padrões normais para tentar disfarçar uma visível efetiva deficiência. Essas formas de negação apresentadas pela autora são muitas vezes mal-recebidas por familiares e grupos. Tentar reconhecer que as definições apresentadas são inerentes ao nosso psicológico e que sua conscientização e compreensão poderiam ajudar e muito na inserção do PCD na sociedade, mas vai muito além de conscientização. Entende-se como primeiro passo a ser dado com consequências das mais diversas: as pessoas podem ser comportar de maneira preconceituosa pois isso pode estar intrínseca a sua personalidade e principalmente ao seu desconhecimento. Assim, percebe-se como é difícil lidar com o preconceito.

Na sociedade atual, com a construção de uma educação para a diversidade cultural, atestada em documentos oficiais de nossa Educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018), torna-se fundamental refletir sobre o processo de inserção e acolhimento de pessoas até então silenciadas ou pouco representadas. Isso fica bastante claro nas competências gerais da Educação Básica, conforme disposto na BNCC, da qual cita-se a competência 9:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018a, p. 10).

Os textos literários têm uma função humanizadora, pois atendem à necessidade que o homem tem de fantasiar, seja individualmente ou entre seus pares. Faz com que o homem reflita e que nele desperte o sentimento de alteridade e aprimoramento de suas emoções e percepções de mundo. Esses textos nem sempre estão ligados à realidade podendo assim oferecer aos seus leitores um enxame de conhecimento sobre a vida e o universo e influenciando em seu comportamento social.

Dessa forma, a literatura contribui fortemente para a formação integral da pessoa. Ela é imprescindível e deve fazer parte da vida das pessoas de maneira constante, pois fornece a base cultural necessária ao indivíduo para viver plenamente sua subjetividade integrada à sua vida prática. Portanto, a literatura exerce uma função social importante (CAVALCANTI; PEREIRA, 2010, p. 427).

Considerando o peso formativo da literatura, Antonio Candido observa que

[...] a literatura pode formar; mas formar não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la pedagogicamente como um veículo da tríade famosa – o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos, conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida. Longe de ser um apêndice de instrução moral e cívica, ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, - com altos e baixos, luzes e sombras. Ela não corrompe nem edifica, portanto, mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o mal, humaniza no sentido profundo, porque faz viver (CANDIDO, 1972, p. 805).

Luciano Cavalcanti e Cilene Pereira apontam, a propósito do texto literário, que este

[...] não constitui, a priori, um texto utilitário. São os leitores que, a partir do diálogo com o mesmo, lhe atribuem diferentes funções ou finalidades. A escola, muitas vezes, reserva à literatura um papel equivocado, o de ser, acima de tudo, um instrumento de aperfeiçoamento linguístico. Ao contrário dessa perspectiva, o texto literário oferece inúmeras funções mais importantes. Com ele aprende-se, compara-se, questiona-se, diverte-se, amadurece-se, transforma-se, vive-se, desenvolve-se a sensibilidade estética, contata-se com as mais diferentes visões de mundo etc. (CAVALCANTI; PEREIRA, 2010, p. 427)

Os autores introduzem um aspecto de suma importância quando se fala do texto literário, o espaço reservado a este na escola, local privilegiado de formação do sujeito. Normalmente, é na escola que a criança tem um contato mais sistematizado com a literatura, reverberando a leitura desta em sua (in)formação:

A literatura não dá somente informação ao seu leitor, mas principalmente a formação de seu “espírito”, de tal modo que a ação sobre o mundo se faça impregnada dessa riqueza. Diante da literatura abrem-se inúmeras virtualidades cognitivas do texto, pois como seres singulares, temos reais condições de interpretar de maneiras diversas. Esse contato com o texto literário é riquíssimo para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos indivíduos, para que eles possam constituir-se cada vez mais seres humanos reflexivos e críticos. Não há uma leitura pronta e única desse tipo de texto, quer dizer, produz-se leitura no pleno diálogo leitor-texto-autor (CAVALCANTI; PEREIRA, 2010, p. 427)

A leitura do texto do campo literário consegue despertar em seus leitores o questionamento e amadurecimento consequente deste, permitindo a liberdade de inúmeras interpretações, gerando, assim, uma visão de mundo bem mais ampla, tornando os indivíduos mais críticos.

A complexidade do texto literário, que se reflete no seu aprofundamento filosófico, existencial e social, aceita o acaso, a criatividade e o inesperado como componentes do processo de vida social, questiona a linearidade das ações humanas e atua com base em redes que simultaneamente separam e unem conhecimentos, em sistemas de organização abertos que permitem a ampliação e aprimoramento do ser individual e socialmente. [...] Esse papel está diretamente relacionado à experiência da leitura. A leitura crítica e reflexiva pode libertar o leitor de adaptações, prejuízos e apertos de sua vida prática, obrigando-o a uma nova percepção das coisas (CAVALCANTI; PEREIRA, 2010, p. 428).

O conceito de social, segundo Candido (1999), é o que é relativo à sociedade. Um conjunto de indivíduos partilhando a mesma cultura interagindo entre si e, dessa forma, criando uma comunidade com objetivos comuns e regras estabelecidas e acordadas por todos. Na sociedade é evidente a fundamentação de fatores territoriais, religiosos, educacionais, culturais, políticos e históricos que vivem as pessoas e forma coesa criando uma relação de pertencimento entre os indivíduos.

A formação social do homem é compreendida pelo conjunto de fatores que fortalecem sua estrutura humana. A educação, por intermédio da literatura em suas diversas formas de linguagem, a educação familiar e tantas outras, compõem a estrutura do ser humano e da sociedade. É importante levar em consideração quais metodologias devem ser usadas e em que formatos adequar e é importante levar isso em consideração quando atuamos com diferentes capacidades de aprendizagem.

O conceito da obra elaborada e disponibilizada deve levar em consideração a capacidade, potencialidade e os meios disponíveis para integrar o processo de obter o máximo de conhecimento por todos os envolvidos. Essa integração tem papel fundamental na formação do indivíduo, criando ferramentas agregadoras para chegar por intermédio de ajustamentos pessoais a fim de obter uma coesão de modo a propiciar a extração máxima do conhecimento e do aprendizado.

Candido (1999) faz uma relação e compara, nas obras, dois pontos de vista: a estruturada e a funcional. Na estruturada, ele afirma a solidez, baseada em obras e elementos históricos de uma sociedade, levando em consideração princípios básicos tradicionais voltados apenas para o conteúdo apresentado, sem levar em conta as outras variantes possíveis. No ponto de vista funcional, é considerada o estudo e a produção literária baseados na relação obra e público e qual seria a forma mais adequada para repassar o conhecimento e o que deve ser respeitado

com relação às individualidades. Enfim, é necessário estabelecer uma relação entre as duas formas, sem desconsiderar nenhuma delas e buscar extrair, ao máximo, o conteúdo apresentado, levando-se em conta a natureza histórica do conteúdo e as formas sociais e humanas de apresentá-las.

A produção da literatura está relacionada a um autor de uma sociedade, no qual existe uma mescla de cultura, história e conceitos. A função da literatura não é somente o meio de transmissão de informações e reflexos da sociedade, ela possui, também, a função de facilitar a humanização entre as pessoas de um grupo social diverso: a pluralidade e a diversidade é inerente a todos os grupos sociais e é inevitável a coletividade e a inserção de todos os pensamentos que se relacionam de maneira permanente (CANDIDO, 1999).

É perceptível a importância dada ao acesso aos bens fundamentais. A forma pela qual as garantias individuais devem ser respeitadas e fornecidas não faz distinção ao indivíduo. Todas as classes sociais e todas as pessoas devem ter, dentro de seu núcleo social, o direito de, junto com seus semelhantes, obter conhecimento necessário e disponível.

Nesse ponto as pessoas são frequentemente vítimas de uma curiosa obnubilação. Elas afirmam que o próximo tem direito, sem dúvida, a certos bens fundamentais, como casa, comida, instrução, saúde, coisas que ninguém bem forma admite hoje em dia que sejam privilégio de minorias, como são no Brasil. Mas será que pensam que o seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoiévski ou ouvir quartetos de Beethoven? Apesar de boas intenções no outro setor, talvez isto não lhes passe pela cabeça. E não por mal, mas somente porque quando arrolam os seus direitos não entendem todos eles ao semelhante. Ora, o esforço para incluir o semelhante no mesmo elenco de bens que reivindicamos está na base da reflexão sobre os direitos humanos (CANDIDO, 2011, p. 174).

Candido (2011) faz uma ligação teórica com a necessidade, quase que psicológica, entre bens compreensíveis e incompreensíveis, não impedindo que certos direitos não devam ser negadas a qualquer pessoa, criando assim, uma maneira de adotar critérios diferenciados e subjetivos para cada necessidade humana. O fator temporal é condicionante para o que se possa definir a real necessidade de bens que necessitamos. Parte-se do princípio que, por exemplo, a necessidade de madeira ou lenha em tempos passados para aquecer o ambiente e a necessidade, hoje, de se ter uma internet para estudo ou entretenimento. Seja no ponto de vista individual ou coletivo, tem-se como premissa, a obtenção de necessidades que tragam a recompensa ou otimização de atividades ou padrões de convivência cultural e social.

As diferenças sociais e culturais devem ser respeitosamente observadas. Classes sociais são frutos de problemas políticos e econômicos e, muitas das vezes, associadas a questões públicas, por vezes, ignoradas pelos agentes administrativos e até pela população. A linha que

define o limite entre política pública e caridade é difícil de ser estabelecida, cabendo à sociedade e sua representatividade sócio, política e religiosa, definiu esses parâmetros e objetivos.

Isso faz lembrar que, envolvendo o problema da desigualdade social e econômica, está o problema da intercomunicação dos níveis culturais. Nas sociedades que procuram estabelecer regimes iguais, o pressuposto é que todos devem ter a possibilidade de passar dos níveis populares para os níveis eruditos como consequência normal da transformação de estrutura, prevendo-se a elevação sensível da capacidade de cada um graças à aquisição cada vez maior de conhecimentos e experiências. Nas sociedades que têm a desigualdade como norma, e é o caso da nossa, podem ocorrer movimentos e medidas, de caráter público ou privado, para diminuir o abismo entre os níveis e fazer chegar ao topo os produtos eruditos (CANDIDO, 2011, p.190).

Dentro desse contexto, a literatura possui uma função comunicativa, introdutória à uma sociedade educativa, normativa e também controversa como forma de estabelecer a ligação entre as pessoas e suas necessidades. Conforme afirma Candido (2011) sobre a discussão de como a literatura é expressa:

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento inclusive como incorporação difusa e inconsciente (p. 178).

A construção da literatura se põe como um facilitador de transferência de ideias em diversas formas. Articular ideias por diversas maneiras é incluir diversos tipos de linguagem à pessoas de diferentes níveis sociais e culturais.

Nesse caso, esta pesquisa vale-se da própria definição de Antonio Candido para o termo literatura, ao entendê-la, por meio de sua função humanizadora, como

[...] toda manifestação criativa (poética, ficcional ou dramática) **em todos os níveis da sociedade, em todos os níveis da cultura**, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações (CANDIDO, 1995, p. 242, grifos nossos).

O crítico entende a função humanizadora da literatura como

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (CANDIDO, 1995, p. 249).

A literatura é capaz de despertar nos indivíduos, emoções e capacidades como alteridade e empatia e um olhar solidário para com o outro.

3.1 A inclusão de pessoas com deficiência por meio do texto literário história em quadrinhos

As diversas formas de aprendizagem, acompanhadas das inovações tecnológicas, trouxeram novas ferramentas que colaboram com o processo de lapidação do conhecimento adquirido dentro e fora da sala de aula. A enorme quantidade de material disponibilizado de maneira extrassala, ajudam os discentes, de várias idades e diversos níveis, a acrescentar ao conteúdo repassado em sala, conhecimentos que, por vezes, não estão inseridos nas grades curriculares. A responsabilidade da escola em repassar o conteúdo padronizado ficou condicionado a um complemento, seja ele de forma tecnológica, lúdica ou física.

“Estamos inseridos em uma sociedade do conhecimento, da revolução da informação e da exigência da produção do conhecimento. E com isso, o professor passa a ser articulador e mediador entre o conhecimento elaborado e o conhecimento a ser produzido” (NEVES, 2012, p. 10). Com base nas ferramentas didáticas através do uso do tempo de estudo dentro e fora de sala as antigas técnicas de ensino necessitaram de uma espécie de complemento para que o ensino fosse algo interessante e atrativo para o aluno, fazendo com que o professor precisasse se valer de diversas formas de materiais que chamasse a atenção dos alunos e enriquecesse sua aula.

Atividades relacionadas à construção de ferramentas para o aprimoramento do processo de aprendizagem ajudam a construir uma interatividade maior entre os alunos, uma consequente sociabilidade e uma melhor qualidade no aprendizado. Jogos, gincanas, ainda são ferramentas antigas que fornecem uma forma agregadora de interação entre os alunos, mas há outras alternativas que também podem proporcionar essa interação de uma forma mais interessante e divertida, no caso, o texto literário história em quadrinhos. A HQ usada como material didático pode ajudar a trazer de maneira criativa, simples e direta, situações que foram passadas de formas tradicionais, podendo afastar a realidade do que realmente se deseja ser passado.

A HQ, surgiu no século XIX como forma recreativa e um meio de comunicação com o objetivo exclusivamente de entretenimento, reunindo histórias com ilustrações em formato de desenho, compondo inclusive, jornais e revistas. As antigas HQs, com personagens engraçados deram chances à criação de diversos outros tipos de materiais que tinham como objetivo,

expressar uma ideia, uma informação, um conceito de forma mais simples buscando tirar um pouco da complexidade de um assunto relevante (COSTA, 2011).

Alguns historiadores consideram os desenhos rupestres como sendo um tipo de história e quadrinhos, bem como, posteriormente, através dos hieróglifos, a mistura de letras e desenhos gravados pelos egípcios nos túmulos dos faraós, contassem a sua história e, assim, como na tapeçaria de Bayeux, peça feita em bordado, datada do século XII, representa 58 cenas que retratam a caminhada de Guilherme desde a Normandia, até sua coroação como rei da Inglaterra, medindo 70 metros de comprimento por meio metro de largura. Considerada, também, uma das antecessoras dos quadrinhos tendo em comum o fato de ser uma história contada por meio de uma sucessão de imagens (COSTA, 2011, p. 10).

A ideia de humor deixou de ser o principal foco da HQ, dando abertura para outros campos, entre eles, o processo educacional. Esse processo pode ser explorado de maneira a tornar mais eficiente a aprendizagem, fugindo do processo tradicional. Com forte apelo por conta da combinação entre vários tipos de comunicação (verbal, não-verbal e multimodal), a HQ consegue conectar as pessoas a um assunto e desta forma, há um ganho considerável e eficiência no tempo da aprendizagem (NEVES, 2012).

A utilização de histórias em quadrinhos como recurso didático, na sala de aula, pode ser uma ferramenta fundamental uma vez que a mesma apresenta uma combinação de comunicação visual e verbal. Podendo ser uma metodologia para os constantes desafios de desenvolver práticas pedagógicas mais eficientes, no intuito de sair da tendência tradicional (NEVES, 2012, p.10).

A inclusão da HQ no processo de aprendizagem é uma forte ferramenta para tornar, um conteúdo de maior complexidade, como a inclusão, em um material atrativo e de fácil absorção, sendo um recurso didático que permite colaborar com o trabalho dos docentes para que o conteúdo seja transmitido de maneira mais suave e divertida, permitindo trabalhar as capacidades e individualidade de todos. Além de um forte poder de facilitar a aprendizagem, a HQ permite retratar conceitos, culturas, valores, ideologias, utilizando linguagens que ajudam a construir e consolidar, de uma maneira compreensível, mensagens em qualquer contexto histórico e temporal.

A curiosidade natural e a busca por conhecimentos irão definir por qual tipo de HQ uma pessoa irá se interessar. Esse tipo de interesse é um fato importante para contribuir nessa escolha e existem HQs que podem ser utilizados didaticamente e não apenas como forma de distração. Levar as histórias em quadrinhos para a sala de aula, é buscar valorizar conteúdos e explorar situações de maneira harmoniosa, juntando a sensação de estar estudando e se divertindo. Diversas características das HQs fortalecem as conexões com as pessoas. As cores, o formato, os traços, o conteúdo, cada um tem sua própria forma de estabelecer essa interação.

A forma de o homem passar uma mensagem, através de uma sequência de imagem, de forma narrativa, confunde-se com a história da humanidade desde o registro arte rupestre. A imagem narrativa como forma de comunicação vem inserida no processo construção da sociedade. A história em quadrinhos que conquistou o povo pela sedução das imagens, por causa da facilidade de entendimento da leitura e a apresentação de inúmeras possibilidades (NEVES, 2012, p.11).

Além do grande potencial como ferramenta didática para auxiliar o professor, as HQs conseguem estabelecer uma ligação afetiva entre professores e alunos, promovendo, ainda, uma proximidade e confiança entre ambos. As inovações tecnológicas têm contribuído de maneira efetiva na condução e produção de conteúdos ricos e que facilitem a memorização e aprendizagem. As HQs oferecem uma gama de possibilidades de metodologias, bastando aprimorar a adequação aos diferentes tipos de linguagens junto à liberdade e criatividade do professor para assim, ajudar os alunos a atingir os objetivos de ensino propostos.

As HQs, em sala de aula, podem ser usadas para trabalhar diferentes disciplinas. Podem ser uma ferramenta que além de possibilitar a interação entre as disciplinas, faz com que o aluno adquira um conhecimento utilizando materiais presentes no seu cotidiano e explorando formas de linguagem com reflexões mais críticas. O quadrinho pode ser usado no intuito de atender diferentes proposta se contribuem para formação de valores e o exercício da cidadania. Fazer releitura de cenas do cotidiano, transformar textos narrativos em quadrinhos, construir histórias e propostas de abordagem de temas de forma mais lúdica e divertida são apenas algumas das formas de se utilizar a HQ em contexto escolar (NEVES, 2012, p. 17).

É de suma importância contextualizar o conteúdo de uma forma que a possibilidade de compreensão e absorção do conteúdo, possa ser ampliada, utilizando-se de linguagens agradáveis e dentro da capacidade e níveis de cada aluno. Outro fator importante é que não deve haver mudanças das sequências tradicionais das atividades regulares. O conteúdo das HQs deve estar inserido dentro do aprendizado, podendo-se construir temas, cenários, criação de personagens de forma a desenvolver a imaginação e a criatividade dos alunos, criando uma ligação entre o conteúdo e a HQ.

Na contextualização de conteúdo de estudo buscando ampliar a possibilidade de compreensão. Integrando um determinado tema a uma linguagem agradável, mais próxima do educando. Essa estratégia pode ser usada no intuito de quebrar o paradigma de conteúdo de difícil compreensão para a maioria dos alunos, buscando uma abordagem mais lúdica que pode facilitar a construção de uma aprendizagem significativa. A utilização de quadrinhos neste caso permite a construção de cenários, a criação de personagens e caracterização dos mesmos. O conteúdo ganha ação, movimento e diálogo, deixa de ser uma leitura distante, para poder dialogar com o estudante de forma objetiva, por meio de elementos linguagem verbal e não-verbal que atendem a diferentes estilos de aprendizagem (NEVES, 2012, p. 20).

A forma dinâmica dos novos recursos, são imprescindíveis no processo educacional atual. Como dito anteriormente, a HQ pode ser usada de diversas maneiras, até mesmo como

forma de avaliação. Outros formatos que ainda hoje são utilizados se demonstram ultrapassados e monótonos, pois não conseguem deter a atenção devida dos alunos em algumas atividades e conteúdos propostos. A busca de alternativas para maior interação entre alunos e conteúdo é não somente por intermédio de tecnologia. É possível utilizar de ferramentas presenciais que possam trazer mais proximidade dos participantes. A HQ é uma excelente maneira de trazer interação entre os alunos, além de despertar o interesse pela leitura e pela pesquisa, seja ela física, tecnológica ou com auxílio dos professores. É bem mais agradável aprender com uma linguagem fácil e com recursos visuais mais atraentes, do que com um simples texto com letras em um papel em branco.

Várias foram as tentativas de se obter um modelo que atendesse às necessidades da inclusão de alunos com deficiência. Inicialmente, a exclusão social era vista como forma de amenizar ou até mesmo de diminuir as dificuldades de sociabilização e inserção dos mesmos no sistema educacional. A inserção tem sido um desafio voltado mais para o docente do que para o Estado. A falta de material didático específico para alunos com deficiência, obriga o professor a buscar ferramentas criadas por eles mesmos ou alternativas como o uso do texto literário HQ para assim poderem atender a demanda de inserção do aluno com deficiência ao grupo ao qual ele deva ser inserido.

Frente a necessidade, emergem muitas responsabilidades para os educadores que se propõem a incluir alunos especiais a ações significativas de ensino-aprendizagem, sem negligenciar sua formação leitora. Assim, o profissional da educação pode perceber o ensino de leitura e Literatura como prática necessária aos alunos que possuem necessidades educacionais especiais (SOUZA; AMARILHA, 2007, p. 02).

O uso da literatura como ferramenta pedagógica cria um universo questionador, um mergulho no imaginário, quebrando a visão de realidade social, trazendo à tona, pensamentos diferentes de mundos que são impostos como dogmas. Abordando-se o que não é comum, desperta-se “[...] um novo olhar sobre a tradição, o que revela que o contato precoce com situações dramáticas materializadas na leitura da Literatura é um importante caminho para a compreensão das diferenças e desigualdades sociais” (SOUZA; AMARILHA, 2007, p. 03).

De acordo com Souza e Amarilha (2007), mesmo de posse de ferramentas mais modernas que possam estimular e facilitar a aprendizagem, a literatura ainda é fonte básica na produção do conhecimento. Pessoas com deficiências podem, por intermédio de uma leitura em grupo, desenvolver autonomia e pensamento crítico sobre o conteúdo abordado, desenvolvendo ainda, suas habilidades cognitivas, principalmente na educação infantil.

Com a literatura ligada à conceitos de aprendizagem, vieram também as doutrinações ideológicas. Os conteúdos eram repassados de forma doutrinária com enfoques diferentes que visavam não só o aprendizado, mas também o incentivo à leitura de obras de cunhos a fomentar interesses políticos e de consumo. A doutrinação inicia-se na infância, com leituras direcionadas, com a intenção de criar uma obediência a algum órgão institucional – governo, igreja ou família.

Assim, surge outro enfoque relevante para a literatura infantil, que se tratava na verdade de uma literatura produzida para adultos e aproveitada para a criança. Seu aspecto didático-pedagógico de grande importância baseava-se numa linha moralista, paternalista, centrada numa representação de poder. Era, portanto, uma literatura para estimular a obediência, segundo a igreja, o governo ou ao senhor. Uma literatura intencional, cujas histórias acabavam sempre premiando o bom e castigando o que é considerado mau. Segue à risca os preceitos religiosos e considera a criança um ser a se moldar de acordo com o desejo dos que a educam, podendo-lhe aptidões e expectativas (GOMES, 2014, p. 03).

Moldar as crianças no modelo dos adultos, essa era a intenção e o objetivo da literatura infantil. Com o passar do tempo, as literaturas infantis começaram a ter um conteúdo lúdico, prazeroso, mostrando, o cotidiano das pessoas, aventuras infantis, ficção e sentimentos humanos. “Hoje a dimensão de literatura infantil é muito mais ampla e importante. Ela proporciona à criança um desenvolvimento emocional, social e cognitivo indiscutíveis” (GOMES, 2014, p. 04). Essa interlocução entre o conteúdo e o leitor promove a discussão e a discussão promove a construção do pensamento crítico e por fim uma linguagem de cunho amplo, onde ambas as partes se acrescentam e se enriquecem. Essa forma de ligação entre literatura, crianças e aprendizagem é o que forma a sociedade.

As limitações individuais são inerentes à capacidade de aprendizado do ser humano. É de interesse da sociedade justa e organizada, a inclusão de todos os cidadãos. Restringir ou proibir o acesso à inclusão é erro básico, pois contraria a ideia de sociedade no mundo contemporâneo. É papel dos governos federais e estaduais, implementar políticas públicas que vise a inclusão de todos no sistema educacional. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são incentivadores da inclusão escolar e define como essa inclusão deve ser realizada.

Incluir pessoas com dificuldades individuais no modelo padrão de ensino-aprendizagem somente será possível se mesclar os conteúdos e repassá-los de formas diferenciadas mediante textos, artes, conteúdos diversos, explorando-os de forma a atender as dificuldades individuais de cada um.

Assim, a inclusão social das pessoas com deficiências significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, do Estado e do Poder Público. A inclusão é um processo que acontece gradualmente, com avanços e retrocessos isto porque os seres humanos são de natureza complexa e com heranças antigas, têm preconceitos e diversas maneiras

de entender o mundo. Assim sendo, torna-se difícil terminar com a exclusão e mesmo existindo leis contra a mesma, não são leis que vão mudar, de um dia para o outro, a mentalidade da sociedade assim como o seu preconceito (GOMES, 2014, p. 05).

A inserção de pessoas com deficiência nas escolas ou em qualquer ambiente social, requer a adoção de procedimentos que estejam adequados a particularidades de cada PCD. Não há um modelo de deficiência: são casos particulares que necessitam de cuidados específicos e capacitações especiais para cada caso. Muitas vezes, esses cuidados força as PCD a um isolamento intencional e esse não é o ideal.

Isto deve-se ao fato da sociedade possuir um modelo de Homem, ou seja, cada pessoa elege um padrão e todos os que fujam a ele são olhados de forma negativa, inferior. Um bom exemplo disto são os deficientes que, por vezes, também são olhados na rua como algo diferente, talvez por fugir ao modelo de Homem estabelecido por cada um. A dificuldade de ultrapassar este modelo de Homem acontece por certas pessoas considerarem outras “menos inteligentes” (como pode acontecer com os deficientes mentais, por exemplo) (GOMES, 2014, p. 07).

O acolhimento das PCD nas escolas não depende apenas dos PCNs, por mais completo e abrangente que sejam, pois a inclusão deve se iniciar com a capacitação de profissionais dos mais diversos segmentos do estabelecimento de ensino, sejam eles gestores, supervisores, cantineiros, secretários ou professores, sempre com o princípio básico da interação escola/aluno/família. Aliado a tudo isso, atividades de conteúdo lúdico são imprescindíveis para facilitar a aprendizagem e inclusão. Trabalhar as atividades em grupos ou individualmente podem colaborar com o processo de maneira lúdica trazendo a todos os alunos a compreensão da inclusão, estimulando de maneira gradual e leve o entendimento de que todos podem conviver sob a mesma coluna de formação e convívio social.

Portanto, diante de tudo que foi exposto, cabe a escola e aos educadores em especial buscar incluir no acervo da escola, literaturas voltadas ao tema da inclusão para que dessa forma este leitor em formação, que vai se deparar e dialogar com o conteúdo desses livros possam encontrar neles possibilidades e modos de vida diferentes do padrão que lhes é imposto como certo, principalmente pela mídia televisiva. A partir do momento que o aluno tem acesso a esse tipo de material, que o mesmo é disponibilizado como mais uma possibilidade de leitura, este educando vai passar a conhecer formas diferentes de viver tão interessantes quanto as que vivem as pessoas ditas “normais” e que as necessidades especiais não tornam as pessoas incapazes de ser humanos que pensam, agem e reagem, porém, que necessitam as vezes de condições especiais para tal (GOMES, 2014, p. 08).

Segundo Fernandes e Oliveira (2013), a literatura infantil é uma ferramenta de apoio ao processo de ensino aprendizagem, agindo como forma de estabelecer as relações sociais entre as pessoas. Algumas obras literárias infantis tratam de temas no qual as PCD são colocadas como protagonistas, explorando o universo de cada indivíduo, auxiliando na visão de inclusão

social nas escolas. Essas obras usam uma linguagem simples e didática e com a utilização de recursos áudio-visuais e atividades em grupo, pode-se facilitar o processo para que, crianças sem deficiência, possam compreender, um pouco, o mundo das PCD.

A literatura infantil constitui, sobretudo, comunicação. Ela é material que facilita a relação entre os sujeitos da comunicação, autor e leitor. Se não houver esta interação entre estes elementos, corre-se o risco de não ser efetivado o mecanismo de transmissão do conhecimento/informação que se pretende compartilhar (FERNANDES; OLIVEIRA, 2013, p. 20175).

Porto e Fensterseiber (2018, p. 58) descrevem o texto literário como:

Trata-se de uma história, na maioria das vezes, com início, meio e fim, a qual o leitor pode consumir em um espaço de tempo muito mais reduzido do que quando comparado a um romance, por exemplo. Tal característica, em um mundo onde os prazeres se esgotam rapidamente, desencadeando uma vontade compulsiva de acumulação de novas conquistas, pode servir como fator facilitador à aderência à leitura, especialmente em relação a determinados grupos sociais que podem estar mais suscetíveis à ansiedade e, de forma consequente, ao consumismo, tais como os adolescentes e jovens adultos.

As HQs podem ser usadas como uma ferramenta midiática, na divulgação e promoção de ideias e valores de forma rápida, barata e de grande alcance, já que são destinadas para a massa popular (CUNHA, 2013). De acordo com Martins (2012, p. 32), “Na busca em diversificar as atividades em sala de aula, as Histórias em Quadrinhos se tornaram uma ferramenta atrativa, lúdica, capaz de contribuir para o ensino e aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento”, estimulando a capacidade de criar, inventar e imaginar dos alunos.

A leitura de HQs usada como material pedagógico e inclusivo em sala de aula auxilia na melhoria da aprendizagem dos alunos (leitura e escrita), já que o conteúdo é de fácil interpretação. Lucchetti e Lucchetti (1993, p. 35) afirmam que

Não há arte mais simples e autêntica que a história em quadrinhos. Entretanto, seu autor, para ser um bom quadrinhista, deve ter em mente estas duas palavras: autenticidade e simplicidade. E suas ferramentas de trabalho são o pincel, a tinta e o papel em branco; seu objeto de inspiração, a sociedade humana, com seus acertos, alegrias, desilusões, erros, esperanças, frustrações, hipocrisias, idiosincrasias, medos, recalques e ridículos; e o seu público, o homem, mas um homem que ainda acredita no ser humano e não perdeu um dos maiores bens da humanidade: o poder de sonhar.

Por meio desse gênero HQ é possível demonstrar que as pessoas não nascem preconceituosas, elas se tornam preconceituosas. Os professores, nesse sentido, têm um papel de suma importância na formação de seus alunos e acredita-se que, se mostrar a eles, desde sua mais tenra idade, que devem respeitar e valorizar as diversidades, sejam elas sociais, econômicas e/ou culturais, os docentes colaborarão para a formação ética desses indivíduos.

A prática inclusiva é um meio de incluir todas as pessoas no mesmo nível, para que todos tenham igualdade de oportunidades. É importante desenvolver nos alunos a capacidade de alteridade (aceitar o outro como ele é) e a empatia (capacidade de se colocar no lugar do outro) e é possível fazer isso por meio de um gênero textual que seja atrativo e acessível, nesse caso, por meio de uma HQ. Frequentemente, nesse tipo de texto, são abordados assuntos que possuem relação com o nosso cotidiano, no caso do material desenvolvido, com a inclusão de PCD.

[...] o ato de ler ou de escrever tanto já é a realização do próprio direito, como também uma forma de facilitar e viabilizar indiretamente a efetivação dos direitos humanos na vida dos leitores ou escritores. Indiretamente, ainda, reflete em todo espaço público, em toda a sociedade, tornando possível um espaço político, público, que comporta o discurso espontâneo e livre. A leitura e, especialmente, a escrita constituem formas de encorajamento, na medida em que incitam a transformação do *status quo*, a superação da realidade e sua transformação autêntica, mas do que a manutenção de comportamentos desejáveis e previsíveis (MASCARO, 2011, p. 58).

Segundo Mascaro (2011, p. 58), a leitura pode influenciar, estimular e transformar socialmente as pessoas, fazendo com que elas passem a exigir a garantia e a efetivação dos direitos fundamentais da pessoa humana.

4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO

Considerando o exposto, será apresentada, nesta seção, um roteiro de uma HQ voltada ao tema da inclusão da PCD no espaço escolar. Para a criação deste material educacional, foram elencados os seguintes objetivos: (1) Estimular o olhar solidário, respeitoso, de conscientização às PCD por meio da leitura de HQs; (2) Despertar no aluno do Ensino Fundamental I, o interesse pela leitura literária por meio da leitura de HQs; e (3) Desenvolver habilidade de leitura de HQs. Após a produção do material educacional, este será disponibilizado em formato físico para a rede municipal de ensino da cidade de Três Corações/MG¹⁶ e, em formato digital, para outros municípios que se interessarem pelo produto.

O material está disponível nos endereços eletrônicos: <https://www.inclusao-porque-sim.com> e <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/602316>, de forma gratuita.

O material proposto pela pesquisadora, além de atender à competência 9, citada, aponta, também, para outras competências da BNCC:

1-Conhecimento: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente e utilizar os conhecimentos construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

3-Repertório cultural: Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4-Comunicação: Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, além de produzir sentidos que levam a entendimento mútuo.

6-Trabalho e projeto de vida: Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2018a, p. 9).

10-Responsabilidade e cidadania: Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2018a, p. 10).

Na medida em que valoriza a diversidade de experiências e manifestações culturais dos alunos, fazendo uso das múltiplas ferramentas de ensino e dos diferentes tipos de linguagens existentes (a HQ é um texto multimodal), para colaborar na construção de uma sociedade mais humana e inclusiva. Xavier (2017, p. 2) aponta que “[...] as histórias em quadrinhos são textos

¹⁶ O produto será aplicado em sala de aula em uma escola pública do Município de Três Corações/MG para alunos do 5º ano do Ensino Fundamental I.

em que a relação palavra-imagem – a verbo-visualidade – é explorada ao máximo. Além disso, são um meio de comunicação em massa e têm grande circulação popular no mundo inteiro”. Segundo a pesquisadora, são características gerais das HQs:

- As histórias em quadrinhos possuem linguagem autônoma e utilizam mecanismos próprios para representar os elementos narrativos;
- nos gêneros em quadrinhos predomina o modo de organização narrativo, mas os outros modos também podem ser encontrados, tanto no texto verbal quanto no visual;
- a fala e o pensamento das personagens geralmente aparecem em balões, que simulam o discurso direto e a língua oral;
- as histórias normalmente giram em torno de um personagem, que pode ser fixo ou não, e que conduz a ação;
- as histórias são recheadas de “metáforas” visuais. (XAVIER, 2017, p. 11).

Considerando este contexto, foi proposta a criação de um material educacional, voltado a alunos do 5.º ano do Ensino Fundamental I¹⁷, sobre o tema da inclusão de PCD. Dias, Sabino e Lobato (2019, p. 2) lembram que os PCNs

[...] indicam a necessidade de se trabalhar competências relacionadas à interpretação do discurso das mídias em sala de aula, adotando inclusive HQs no Programa Nacional Biblioteca na Escola. (Programa Nacional Biblioteca na Escola, 2008). Os artigos 8º, incisos IV e V da Lei 9.795/99, incentivam a busca de alternativas curriculares e metodológicas na capacitação da área ambiental e as iniciativas e experiências locais e regionais, “incluindo a produção de material educativo (BRASIL, 1999, s. p.).

O material tem o formato de uma História em Quadrinhos, gênero que nasceu da necessidade de expressar movimentos, sentimentos e ideias, estando presentes desde os tempos mais primórdios da humanidade, já que os homens pré-históricos se comunicavam por imagens feitas nas paredes das cavernas. As revistas em quadrinhos receberam esse nome devido ao seu formato reduzido e seu público-alvo, que eram crianças e adolescentes. A primeira HQ com o formato atualmente conhecido foi criada em 1895 pelo desenhista norte-americano Richard Felton Outcault, intitulada de *The Yellow Kid* (O menino amarelo). Naquela época, as HQs não tiveram o reconhecimento que mereciam, pois eram mal-vistas devido aos conteúdos abordados, exibiam frases irreverentes e sarcásticas que faziam referência a fatos políticos e contradições sociais.

Entendendo esta HQ como pertencente ao campo artístico-literário, por se tratar de um texto ficcional, voltado à narrativa, com o propósito de refletir particularmente sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando a alto índice de pessoas que estão ou estarão no Espectro. Segundo o site da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, a partir de

¹⁷ Apesar de ser destinada ao 5º ano, a HQ pode ser replicada para outros anos do ensino fundamental.

dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se “[...] que há 70 milhões de pessoas com autismo em todo o mundo, sendo 2 milhões somente no Brasil” e “[...] que uma em cada 88 crianças apresenta traços de autismo, com prevalência cinco vezes maior em meninos” (PARANÁ, 2019, s. p.).

As HQs conseguem atingir seu público-alvo mesmo utilizando uma linguagem simples. Toda HQ tem um propósito e o deste produto é fazer com que as crianças, ainda em processo de formação, possam aprender que há uma diversidade colossal de pessoas em todo o mundo e que todos devem ser incluídos em todos os aspectos.

Para a confecção da HQ foi elaborado um roteiro bem claro e objetivo e a personagem principal da narrativa tem uma deficiência, o autismo. Para se criar uma HQ é necessário seguir alguns passos, mas o mais importante é saber o que o autor quer transmitir com ela (BECK, 2017).

A seguir, estão pontuados os passos que foram seguidos para a construção da HQ e alguns descritivos em andamento.

- 1º passo – É a ideia do autor, saber qual história o autor quer contar: A inclusão de uma criança com deficiência no ambiente escolar.
- 2º passo – Descrever brevemente a personagem principal e a condição que ela será inserida: Uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que foi matriculada em uma escola de ensino regular. Devido a sua deficiência, essa criança enfrenta alguns obstáculos ao ingressar nesse novo ambiente, como o preconceito e discriminação por parte dos colegas. Graças à professora, que apoiou didaticamente o aluno e abordou muito bem o tema “inclusão de PCD em sala de aula”, suas dificuldades foram sanadas e os colegas conseguiram entender que a neurodiversidade existe e por isso não podemos ser preconceituosos e excluir o outro apenas pelo que ele é.

3º passo – Enfatizar todas as características físicas e psicológicas da personagem protagonista e das personagens secundárias, como o nome, a origem e aparência. Em relação às personagens, é importante observar a linguagem de cada uma delas, visto que esta

[...] caracteriza-se por se constituir num texto escrito com intenção de “reproduzir” a língua falada, atualizada nos diálogos construídos nas interações realizadas entre as personagens. [...] Os diálogos parecem estar no entremeio do oral com o escrito: constitui um texto que é planejado para parecer não planejado, ou seja, parece haver a preocupação de se construir uma espontaneidade verbal, como um “parecer ser”, que é minuciosamente planejado anteriormente. O texto de quadrinhos representa um gênero discursivo que não é oral, mas é oral, porém se atualiza na escrita e se completa com o visual. É um texto para ser lido, mas com o objetivo de se fazer escutar, o que

inclui dentro dessa questão o continuum fala-escrita (LINS, 2008 *apud* XAVIER, 2017, p. 16)

- 4º passo: – O roteiro: é o momento mais importante da criação. Deve-se definir quantas páginas terá a HQ e começar descrever o que acontecerá em cada uma delas. Pode-se desenvolver de vários modos: resumo da história, resumo da página, *script* (detalhes de cada quadro), *layouts* (narrativa visual: rascunhos dos desenhos, escrita e marcações).
- 5º passo – Desenhando as páginas: Definir o papel, qual gramatura e tamanho usar, quanto melhor será melhor o resultado final na hora da impressão, ficará mais rica de detalhes. Momento de rascunhar os desenhos e cenários mais definidos, marcando onde ficarão os balões de fala.

Em relação aos balões, eles possuem dois elementos fundamentais, segundo Xavier (2017, p. 12):

[...] o continente (corpo e rabicho/apêndice) e o conteúdo (linguagem escrita ou imagens). O corpo do balão é linha que o contorna [...] Ele pode ter diferentes formatos, cada um com seu significado, efeito obtido de acordo com as variações na linha do contorno, o que forma um código de sentido próprio na linguagem dos quadrinhos [...].

- Arte final: é a hora de finalizar as personagens, cenários, recortes e balões de fala.
- Pós-produção: consiste editar e limpar a página deixando somente os traços que serão usados em definitivo.
- Publicação e/ou disponibilização on-line: esse produto será disponibilizado impresso e via internet para leitura e consulta.

Espera-se que, com essa HQ, seja possível não só introduzir de maneira lúdica e reflexiva o tema da inclusão da PCD no contexto escolar, mas que a iniciativa sirva para a discussão do tema em cursos de formação/capacitação de professores de todo o país, considerando as prerrogativas Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), documento de 2018, que afirma que

[...] a educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais da educação básica e permear currículos, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político pedagógico da escola, os materiais didáticos-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação (BRASIL, 2018b, p. 19).

Faz-se necessário um currículo que possa abranger direitos humanos nas escolas, para que todos tenham consciência dos direitos das PCD e, assim, acabar definitivamente com o preconceito e discriminação.

Usou-se, para validação do produto (HQ), um questionário digital direcionado aos alunos e professores elaborados por meio da plataforma *Google Forms* para, assim, saber se o produto atingiu o objetivo de despertar a capacidade alteridade e empatia para com as pessoas com deficiência.

4.1 Criação das personagens e do ambiente escolar

Ressalta-se que para se criar as personagens é preciso levar em conta todas as características físicas e psicológicas de cada uma, tanto da protagonista quanto das personagens secundária, lembrando sempre qual mensagem o escritor quer passar para seus leitores. No caso da HQ “Inclusão Escolar”, a criação teve que ser bem específica, pois a ilustração foi terceirizada.

- **Personagem principal:** é uma criança (menino) de nome “Cris”, que está dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA – Autismo leve). Ele possui várias características que o TEA pode apresentar, como aparência angelical e dificuldade de relacionamento interpessoal. Por esse motivo, ele costuma ficar sério, se isolar e não brincar com outras crianças, ainda assim é alegre e retribui sorrisos, apesar da expressão séria. Cris possui Quociente de Inteligência (Q.I.) elevado à superior e é extremamente educada. Além disso, a personagem observa as pessoas, mas nunca olha diretamente nos olhos. Características físicas: pele branca (bem clarinha) com bochechas rosadas, cabelos loiros escuros, lisos e curtos com franja de lado, olhos castanhos claros e amendoados, faz uso de lentes corretivas (óculos) pretos e retangulares. Tem 10 anos de idade, 1,25 cm de altura e 23 kg (baixinho e magrinho - abaixo do peso e altura ideais para a idade). Usa um cordão da Neurodiversidade.¹⁸ A personagem principal tem que ter o rosto perfeito e angelical porque, geralmente, os TEAs apresentam o rosto mais infantilizado - mesmo depois de adultos. Costumam ser mais baixinhos e mais magros que as outras crianças, além de possuírem paladar seletivo.
- **Personagem secundária 1:** é uma criança (menina) de nome “Miriam”. Ela é alegre, centrada nos estudos, com bom relacionamento interpessoal, muito inteligente, educada e vaidosa (normal). Miriam tem 10 anos de idade, cabelos loiros médios e anelados

¹⁸ Cordão da Neurodiversidade: é um brinquedo sensorial, usado para morder ou manipular da forma que o autista preferir. Brinquedo este, que o ajuda a equilibrar suas emoções ao receber estímulos externos. O símbolo dentro do colar representa a Neurodiversidade, que seriam as variações neurológicas de cada indivíduo, ou seja, os indivíduos possuem modos de pensar, agir, sociabilizar e aprender de formas diferentes.

abaixo dos ombros, olhos verdes, pele parda, sardas nas bochechas, nariz afilado e lábios carnudos (pouco). Tem 1,40 cm de altura e 55kg (acima do peso – gordinha, não obesa).

- **Personagem secundária 2:** é uma criança (menina) “Bela”, muito falante, serelepe, extremamente vaidosa (deve estar com vários acessórios: pulseiras, cordões e a fita no cabelo), sorridente, brincalhona, com bom relacionamento interpessoal e não apresentada nenhuma dificuldade de aprendizagem (aprende no tempo certo). Pele negra bem escura, olhos castanhos também bem escuros, cabelos castanhos escuros cacheados, crespos e curtos (altura do pescoço), nariz largo e lábios carnudos. Tem 10 anos, 1,40 cm de altura e 32kg (peso e altura ideais)
- **Personagem secundária 3:** é uma criança (menino) “Yuri”, um pouco introvertido (não conversa muito com os colegas), sorri pouco, apresenta uma leve dificuldade de aprendizagem e é muito educado. Pele clara, asiático, bochechas rosadas, olhos castanhos médios bem puxadinhos, cabelos pretos bem escuros e brilhantes, curtos e lisos com franja (corte cuia, típico asiático), nariz afilado e lábios finos. Tem 11 anos de idade, 1,45 cm de altura e 50 kg (altura ideal, um pouquinho acima do peso) – Olhos, nariz e boca no formato da raça/etnia asiática (características fenotípicas específicas).
- **Personagem secundária 4:** é uma criança (menino) “Cauã”, um pouco introvertido (não conversa nem sorri muito), mas tem bom relacionamento interpessoal (interage com todos quando necessário). Educado e inteligente. Indígena, pele escura (menos que a Bela), cabelos longos e pretos (amarrados – rabo de cavalo), olhos castanhos bem escuros (quase pretos) e puxadinhos, nariz pouco largo e lábios pouco carnudos. Cauã usa acessórios indígenas (observar o colar no desenho). Tem 11 anos, 1,45cm de altura e 36kg (peso e altura ideais para a idade).
- **Personagem secundária 5:** é um adulto (mulher) “Elena”, professora regente da turma. Bem extrovertida, brincalhona, educada, muito inteligente e com excelente relacionamento interpessoal tanto com os alunos quanto com os colegas de trabalho. Vive sorrindo, mas fica brava quando necessário. É exigente com a disciplina e com a realização das atividades. Vaidosa. Pele bem clara, cabelos loiros muito claros lisos até a cintura, olhos azuis amendoados, faz uso de lentes corretivas (óculos) vermelhos e retangulares, nariz afilado e lábios pouco carnudos. Tem 40 anos (aparenta menos), 1,65 de altura e 80kg (acima do peso, com seios e nádegas grandes e cintura fina).

- **Personagem secundária 6:** é um adulto (homem) “Evandro”, professor de apoio¹⁹ que acompanha o aluno Cris. Inteligente, extrovertido, educado, muito atencioso e paciente, com excelente relacionamento interpessoal tanto com os alunos quanto com os colegas de trabalho. Pele negra clara (pardo), cabelos castanhos médios e com dreads longos (ficam presos num coque grande quando está na escola), olhos castanhos médios, nariz largo e lábios carnudos. Tem 25 anos, 1,83 de altura (bem alto) e 71 kg (bem magro e sem músculos).

Todas as personagens infantis devem estar de uniforme: camiseta e bermuda verde e branco para representar que são iguais nas diversidades. Além disso, o uniforme serve para identificar a qual escola o aluno pertence, sendo essencial para sua segurança dentro e fora da escola.

O material confeccionado é um material inclusivo, pois traz várias informações explícitas nos quadrinhos, como por exemplo, uma escola modernizada que ofereça acessibilidade a todo tipo de deficiência existente.

Na história, as salas são espaçosas, arejadas, bem iluminadas, ambientadas para melhoria do aprendizado. As salas possuem poucos alunos, assim é possível ao professor atender a todos com maior atenção. Os mobiliários são novos, proporcionando melhor conforto aos alunos, além das carteiras estarem em formato de “U”, de forma que todos os alunos podem se conectar/comunicar e o professor regente consegue ver e dar atenção a todos quase que simultaneamente, deixando a distribuição de sala tradicional de lado, na qual as carteiras ficam enfileiradas e os alunos olhando um para nuca do outro, comprometendo o aprendizado.

Os quadrinhos foram divididos em formatos grandes e bem coloridos para chamar a atenção de alunos com maior dificuldade em manter-se atentos aos assuntos abordados. A fonte e as letras em caixa alta/bastão foram pensadas para que todos os alunos pudessem ter acesso a leitura, pois é de fácil visibilidade e entendimento. A HQ demonstra uma grande diversidade cultural quando traz personagens negros escuros e claros, negros de olhos verdes, professor de apoio do sexo masculino, negro, com cabelos longos e com dreads. A HQ traz, também, o menino Yuri, uma personagem indígena. Em vários pontos, a HQ pode trazer vários assuntos à tona, como a escravidão dos negros e a colonização dos povos indígenas.

Demonstra-se, no decorrer da HQ, a importância da capacitação dos professores quanto à inclusão. Na HQ fica claro que os professores Elena e Evandro estão aptos a receber alunos

¹⁹ PCD têm direito a ser acompanhada por um professor de apoio. É um professor com formação mínima em Pedagogia, com o objetivo de auxiliar o aluno em todas as suas atividades.

com deficiência na sala de aula regular e a lidar com as indagações dos alunos em relação a assuntos nem sempre abordados como PCD. A HD também aborda o apoio familiar, pois se a PCD não tiver o apoio familiar, ela poderá não atingir a autonomia necessária para ter uma melhor qualidade de vida e transpor os obstáculos que o mundo/sociedade impõe as PCD.

4.2 Roteiro da criação da HQ

O desenvolvimento do roteiro é a parte mais importante da escrita de uma HQ, pois é nele que o escritor define como a história de fato irá se desenvolver. É escrito quadro a quadro.

Quadro 1 – Roteiro de criação da HQ

PG.	QD	DESCRIÇÃO	TEXTO
1	1	Plano geral ²⁰ mostrando a escola por fora com crianças entrando. Onomatopeia de sinal (sirena da escola para a entrada dos alunos)	
1	2	Plano geral mostrando a sala de aula com as crianças sentadas em formato de “U” (disposição das carteiras - esquerda: Miriam, Bela / meio: Evandro e Cris / direita: Yuri e Cauã). As duas carteiras centrais vazias. A professora em pé na frente da sala.	Professora: Boa tarde Turminha! Alunos (todos juntos): Boa tarde professora Elena!
1	3	Close ²¹ no relógio analógico acima do quadro marcando 12:32.	
2	4	Plano americano ²² na porta de entrada da sala. Onomatopeia de batidas na porta (porta fechada).	

²⁰ Plano geral: “Mostra tudo bem de longe. É utilizado principalmente para ambientar a história, para o leitor se situar na cena que está começando” (PONZO, 2017, p. 08).

²¹ Close: “Utilizado para mostrar um momento de fala importante, ou para dar um close na expressão facial do personagem”. (PONZO, 2017, p. 9).

²² “Plano americano: a figura humana é filmada, aproximadamente, dos joelhos para cima”. (COSTA, 2003 apud RODRIGUES, 2018, p. 68).

2	5	Plano geral mostrando todos olhando para a porta – expressão curiosa de todos.	Todos os alunos: ?
2	6	Plano americano na professora Elena se dirigindo para atender a porta.	
3	7	Primeiro plano ²³ no professor Evandro e no Cris em pé na porta com o mordedor na boca.	Professor Evandro: Boa tarde, Elena! Como está?
3	8	Primeiro plano na professora Elena.	Professora Elena: Boa tarde, Evandro! Estou muito bem e você?
3	9	Plano médio ²⁴ nos 2 professores.	Professor Evandro: Muito bem também! Vim apresentar e acompanhar nosso novo aluno, o Cris! Professora Elena: Ah sim! Boa tarde Cris! Tudo bem com você?
3	10	Close no Cris de cabeça meio baixa, sem muito entusiasmo.	Cris: Boa tarde, professora. Tô bem.
4	11	Plano geral mostrando toda a turma sentada em seus lugares, os professores e Cris na porta (Com o mordedor ainda na boca).	Professora Elena: Turminha? Cumprimentem o professor Evandro e o novo coleguinha de vocês. Ele se chama Cris!
4	12	Close em Miriam abrindo sorriso.	Miriam: Boa tarde, professor Evandro! Boa tarde Cris!
4	13	Close em Bela toda sorridente balançando os cabelos.	Bela: Boa tarde! Sejam bem-vindos!
4	14	Close em Yuri fazendo sinal de “joinha” e sério.	Yuri: Oi!
4	15	Close em Cauã que levanta a mão (palma da mão para frente), leve sorrisinho de lado.	Cauã: Olá!

²³ Primeiro plano: “Mostra o personagem da cintura ou do peito para cima. Muito utilizado em diálogos, e para mostrar a expressividade das mãos” (PONZO, 2017, p. 9).

²⁴ Plano médio: “mostra a personagem acima da cintura” (SILVA, 2001, p.3).

4	16	Plano americano no Cris com a cabeça reta para frente, sério, não mostrando entusiasmo.	Cris: Oi, pessoal.
5	17	Close na professora Elena sorridente fazendo sinais com as mãos para que o professor Evandro e Cris entrem.	Professora Elena: Vamos entrar!
5	18	Plano médio da sala mostrando a professora Elena apontando as duas carteiras centrais vazias.	Professora Elena: Podem se sentar naquelas cadeiras ali.
6	19	Primeiro plano mostrando a professora em pé com o quadro branco atrás mostrando o que está escrito.	No quadro deve estar escrito Três Corações, MG, 2020. Aula de Matemática: Professora Elena: Pessoal! Agora é aula de matemática! Peguem seus cadernos para começarmos nossa aula de hoje!
6	20	Plano médio mostrando Cris “cochichando” no ouvido do professor Evandro.	Cris: Posso pegar meu material na mochila?
6	21	Plano médio mostrando o professor Evandro “cochichando” de volta no ouvido de Cris. Cris com um leve sorriso no rosto.	Professor Evandro: Pode sim, Cris! E pode falar em voz alta, ok? Cris: Ok!
6	22	Close em Bela com o dedo indicador levantado.	Bela: Professora! Por que o Cris precisa de outro professor?
7	23	Plano geral mostrando todos os colegas, Cris e o professor Evandro com expressão de espanto. Onomatopeia de espanto [Oops!]	
7	24	Close na professora Elena.	Professora Elena: Porque o Cris sente dificuldade em desempenhar algumas tarefas.

			Professora Elena: Ele tem autismo.
8	25	Close em Bela com expressão de dúvida (mão no queixo).	Bela: O que é autismo?
8	26	Primeiro plano na professora Elena.	Professora Elena: Cris? Você gostaria de explicar para seus colegas o que é autismo?
8	27	Close em Cris.	Cris: A senhora poderia explicar, por favor?
8	28	Primeiro plano na professora Elena gesticulando.	Professora Elena: Claro que sim, Cris! Professora Elena: Autismo é quando uma pessoa tem dificuldade de se comunicar e interagir com outras pessoas.
8	29	Close na professora Elena ainda gesticulando.	Professora Elena: Alguns autistas também podem apresentar dificuldade de realizar algumas atividades escolares.
8	30	Plano médio em Bela e professora Elena.	Bela: Ah! Por isso o professor Evandro tá aqui, não é? Professora Elena: Exatamente Bela! É direito do Cris ter um professor de apoio para auxiliá-lo nas tarefas escolares. Bela: Entendi, prof!
9	31	Plano geral com todos alunos levantando a mão.	
9	32	Primeiro plano professora Elena fazendo sinais para que os alunos tenham calma.	Professora Elena: Um de cada vez! Você primeiro Miriam.
9	33	Plano médio em todos os alunos felizes (sorrindo).	Miriam: Podemos ajudar ele também?

		Professor Evandro todo sorridente com a iniciativa dos alunos.	
9	34	Close em Yuri sorrindo.	Yuri: Nós todos queremos ajudar!
10	35	Close na professora Elena.	Professora Elena: Claro que sim, pessoal! Fico muito feliz em saber disso!
10	36	Close em Cris abrindo um leve sorriso.	
10	37	Plano geral com todos sorrindo. Os alunos apontam a si mesmos.	Yuri: Cris! Vamos começar a atividade de matemática. Se precisar de ajuda pode contar comigo! Miriam: Comigo também! Bela: Também quero ajudar! Cauã: Eu também!
11	38	Primeiro plano na professora Elena passando atividade no quadro branco (no quadro já tem algumas operações básicas que ela passou).	Professora Elena: Turminha! Prestem bastante atenção nos sinais das operações para não errar, ok?
11	39	Primeiro plano em Cris e professor Evandro apontando para o caderno.	Professor Evandro: Muito bem Cris! Você está fazendo certinho! É assim mesmo!
11	40	Close em Miriam com a mão levantada.	Miriam: Já acabei prof! Posso ajudar o Cris?
11	41	Close em Cris com cara de assustado.	Professora Elena: A Miriam pode ajudar você Cris? Cris: Ué! Pode.
11	42	Plano médio mostrando Miriam ajudando o Cris.	Miriam: Aí você sobe 2 e desce 1. Assim dá 18. Entendeu? Cris: Entendi sim.
12	43	Onomatopeia de sinal (sirene da escola para o horário do recreio).	

		Plano geral todos saindo para o recreio com suas lancheiras e Cris é o último a sair.	
12	44	Plano médio com todos sentados à mesa com seus lanches e Cris em pé segurando sua lancheira.	
12	45	Plano médio com todos os alunos abanando as mãos e chamando Cris para se sentar com eles.	Cauã: Hei Cris! Vem pra cá! Senta aqui com a gente! Yuri: Corre senão não dá tempo da gente lanchar e eu estou com muita fome hoje!
12	46	Plano americano em Cris indo sentar com um sorrisinho de lado (contente).	
12	47	Plano médio com todos sorrindo e conversando.	Bela: Depois a gente tem aula de educação física, não é galera? Yuri: Eu adoro futebol!
13	48	Plano geral com todos na quadra. Miriam e Cris jogando xadrez, Cauã observando e as outras crianças jogando futebol.	Cauã: Você gosta de que Cris? Cris: Gosto de xadrez. Miriam: Que lindo seu colar! O que significa? Cris: Significa Neu-ro-di-ver-si-da-de. Miriam: Neurodiversidade? O que é isso? Cris: É quando a gente pensa, age e vê o mundo de uma forma diferente de outras pessoas. Miriam: Nossa! Você capturou minha torre! Você é muito bom nesse jogo. Cris: Brigado! Aprendi com minha mãe.

14	49	Plano americano na professora Elena batendo palmas e chamando a todos.	Professora Elena: Pessoal! Já acabou a aula de educação física! Vamos para a sala. Professora Elena: Teremos aula de português agora!
14	50	Plano médio em Cris com Bela sentados um do lado do outro. Bela ajudando Cris nas atividades.	
14	51	Plano médio em Cris com Cauã sentados um do lado do outro. Cauã ajudando Cris nas atividades.	
15	52	Plano total ²⁵ – Professora Elena sorrindo com as mãos no rosto (cara de “apaixonada”) tendo a visão geral (de cima) de todos juntos sentados em círculo fazendo as atividades, se ajudando e ajudando Cris.	Miriam para Cris: Você achou “futuro” aí no caça-palavras? Yuri: Eu achei! Está aqui! Cauã: Onde? Cris: Achei. Bela: Também achei!
15	53	Primeiro plano na professora Elena sentada em sua “mesa” olhando para seu relógio de pulso. Relógio mostrando 04: 50 pm.	Professora Elena: Pessoal! Vamos guardar o material e organizar a sala. Já vai bater o sinal! Professora Elena: Podem fazer a fila quando terminarem de guardar.
15	54	Primeiro plano em todos na fila sorrindo e se despedindo.	Miriam: Tchau gente! Yuri: Falô galera! Cauã: Até amanhã! Bela: Inté! Cris: Até amanhã pessoal!

²⁵ Plano total: Mostra os personagens de corpo inteiro, envoltos por seu ambiente imediato. Utilizado para aproximar o leitor e mostrar o raio de ação dos personagens” (PONZO, 2017, p. 8).

16	55	Plano americano na professora Elena e professor Evandro sorrindo e balançando as mãos fazendo “tchau”. Onomatopeia de sinal (sirena da escola para a saída).	Professora Elena: Tchau pessoal! Professor Evandro: Até amanhã! Todos: Tchauuuuu! Até amanhã!
16	56	Close em Cris muito sorridente no portão da escola.	
16	57	Plano americano em Cris e sua mãe agachada conversando com ele. A mãe apreensiva e Cris sorrindo mostrando empolgação.	Mãe do Cris: Oi filho! Como foi seu primeiro dia? Cris: Foi muito legal mãe! Todos conversaram comigo. Me ajudaram nas tarefas e ganhei da Miriam no xadrez! Mãe do Cris: Que maravilhoso Cris!
16	58	Primeiro plano mostrando os dois abraçados (ela permanece agachada). Cris de costas, mostrando o rosto da mãe sorridente e quase chorando (de tanta emoção).	Cris: Quero voltar amanhã, tá? Mãe do Cris: Tá bom, tá bom! Muito feliz por você filho!

Fonte: elaborado pela autora, (2021).

5 MATERIAIS E MÉTODOS

O produto foi aplicado, primeiramente, para os professores regentes das turmas, via plataforma *Google Meet* e, logo em seguida, o questionário foi aplicado via *Google Forms*. Houve total adesão dos professores em relação ao questionário, todos responderam e também colocaram sugestões/opiniões em relação ao produto educacional exposto. Para os professores, foi apresentado o projeto do produto educacional e, em seguida, a HQ. Em outro momento, o produto educacional foi aplicado aos alunos do 5º ano, também via plataforma *Google Meet*. A HQ foi lida e explicada passo a passo, chamando atenção para cada detalhe, quadro a quadro, deixando claro a vasta diversidade sociocultural existente na HQ. Posteriormente à leitura da HQ, foi aplicado aos alunos um questionário usando o *Google Forms*. A leitura do questionário foi realizada juntamente com os alunos para que eles pudessem entender as questões propostas.

A pesquisa quantitativa tinha, como objetivo, a validação do produto para saber se a HQ usada como material pedagógico conseguiria, de fato, despertar a capacidade de alteridade e empatia das pessoas comuns para com as PCD, proporcionando a essas pessoas a verdadeira inclusão na sala de aula regular. A pesquisa quantitativa é uma “[...] modalidade de pesquisa na qual variáveis predeterminadas são mensuradas e expressas numericamente” (APPOLINÁRIO, 2004, p. 155).

Assim, nas questões de cunho empírico, buscou-se dados relevantes a partir dos conhecimentos obtidos após a leitura da HQ, fazendo com que o tema abordado possa conduzir/orientar as pessoas a uma mudança de comportamento perante às PCD.

Foi aplicado um questionário aos alunos de cinco turmas do 5º ano de uma escola pública em Três Corações por meio do recurso eletrônico *Google Forms*, com a finalidade de saber se o produto despertou nesses alunos a capacidade de alteridade e empatia para com as pessoas com deficiência e, ao mesmo tempo, o gosto pela leitura literária. O questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido como a técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas

Outro questionário foi aplicado aos professores das cinco turmas dos 5ºs ano da mesma escola por meio da plataforma *Google Forms* com o intuito de saber se a HQ se apresentava como uma interessante/importante ferramenta didática para despertar nos alunos a capacidade de alteridade e empatia para com as pessoas com deficiência e ao mesmo tempo gosto pela leitura literária.

Por se tratar de uma pesquisa quantitativa, para a validação do produto por meio de questionários realizados com alunos e professores, o projeto de pesquisa foi então submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR sendo o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 44539821.2.0000.5111. O projeto foi aprovado com o Número do Parecer: 4.430.117 seguindo as resoluções 196/96 e 466/12 do CNS.

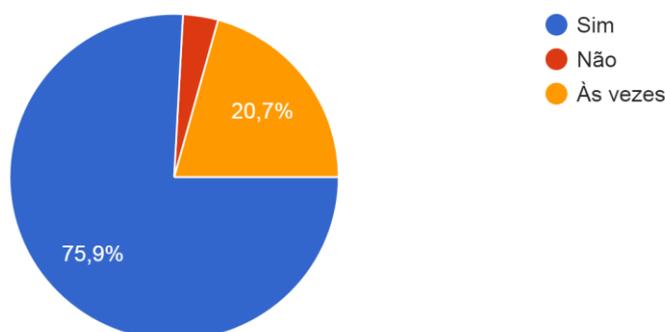
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

6.1 Análise e discussão dos resultados dos questionários aplicados aos alunos

Após a leitura/demonstração da HQ, foi aplicado um questionário via *Google Forms* para validação do produto educacional, no qual os alunos deveriam marcar a opção desejada. Todas as questões tinham três (03) opções: sim, não e às vezes. Os alunos responderam ao questionário acompanhados pelos professores regentes de turma e por um responsável maior de idade.

Gráfico 1 – Quantitativo dos alunos que gostam de ler textos literários

Você gosta de ler textos literários como esses da história em quadrinhos Inclusão Escolar?
29 respostas



Fonte: do autor (2021).

a) Os alunos gostam de ler textos literários como os da HQ Inclusão Escolar

Do total de alunos que responderam à pesquisa (29), 75,9% afirmam que gostam de ler histórias em quadrinhos. Desses, 20,7% afirmam que, às vezes, gostam de história em quadrinhos e 3,4% afirmaram não gostar de ler HQs. Cavalcanti e Pereira (2010) afirmam que a leitura dos textos literários conseguem despertar um questionamento e amadurecimento em seus leitores, fazendo-os refletir sobre o mundo tornando-os indivíduos mais críticos e autônomos, sendo possível assim, despertar o gosto pela leitura de textos literários, como a HQ.

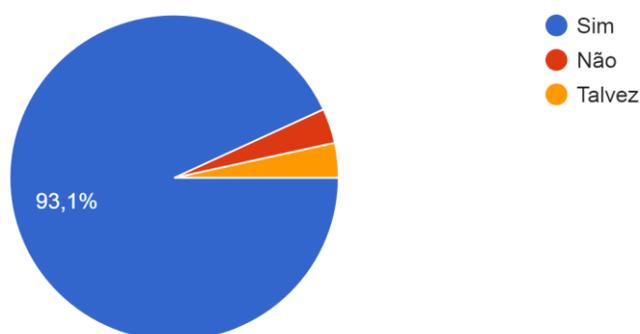
Não há muitos materiais pedagógicos que abordam a inclusão de PCD, mais especificamente, a inclusão de alunos com TEA no ambiente escolar regular. Faz-se necessário,

portanto, que haja mais materiais que abordem esse assunto de forma leve, prática e de linguagem simples como a HQ produzida e apresentada como produto final desta dissertação. Assunto este, tão importante, que possa despertar a alteridade e empatia, respeito à diferença com olhar solidário, respeitoso e de conscientização às PCD.

Gráfico 2 – Quantitativo da compreensão da existência de necessidades especiais

A partir da leitura da HQ Inclusão Escolar você conseguiu compreender que algumas pessoas possuem necessidades especiais?

29 respostas



Fonte: do autor (2021).

b) A HQ Inclusão Escolar ajuda a compreender que algumas pessoas possuem necessidades especiais

Dos alunos que responderam ao questionário, 93,1% entenderam que algumas pessoas possuem necessidades especiais; em contraponto, 3,4% não compreenderam essas necessidades e 3,4% entenderam parcialmente.

A HQ apresenta um potencial político transformador, no momento que demonstra o entendimento da vida de uma PCD, no qual a personagem protagonista, o Cris, traz elementos da vida de uma PCD em forma de enredos, facilitando a aproximação com a vida de alunos reais com deficiências.

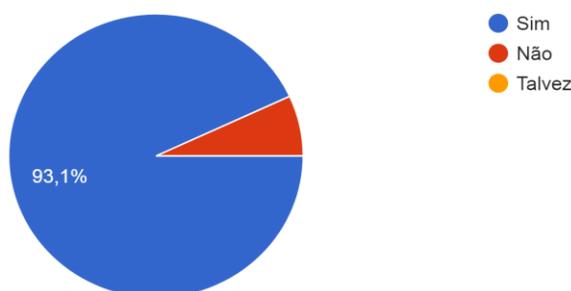
A HQ “Inclusão Escolar”, possui uma grande habilidade pedagógico ao proporcionar espaço para que todos possam dar opiniões sobre o enredo, sem falar necessariamente de um aluno com uma deficiência específica, apesar dessa HQ abordar, especificamente, alunos com

autismo. A HQ tem o poder de conscientização e pode ser aplicada para falar de qualquer deficiência, já que foca no respeito ao diferente, à diversidade e ao direito a igualdade.

Na HQ é demonstrado como as emoções dos autistas podem ser equilibradas, quando muito estimulados, fazendo o uso de “brinquedos sensoriais” (o mordedor), suprimindo assim as necessidades que uma pessoa dentro do espectro autista possui.

Gráfico 3 – Quantitativo da compreensão de que há deficiências que não são visíveis

Você conseguiu entender através da personagem Cris que nem todas as deficiências são visíveis?
29 respostas



Fonte: do autor (2021).

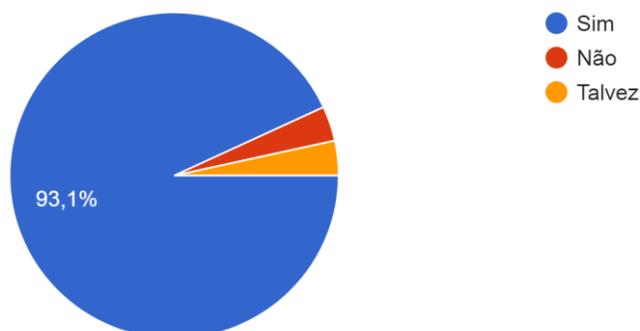
c) Entender, por meio da personagem Cris, que nem todas as deficiências são visíveis

Dos alunos que responderam ao questionário, 93,1% entenderam, por meio da personagem Cris, que nem todas as deficiências são visíveis, pois estão dentro de um espectro e cada autista possui suas especificidades; e 6,9% não conseguiram entender isso. Devido a essa questão, destaca-se que é necessário discutir a importância para a sensibilização para com o outro, onde muitas deficiências, não são, necessariamente visíveis, como é o caso do autismo leve. Mesmo sendo leve, é preciso entender de onde provêm as limitações ou facilidades e quais condições precisam ser consideradas. Nem sempre um autista tem um fenótipo visível, o que leva muitas pessoas a terem dificuldade de entender e respeitar suas singularidades. Por intermédio da personagem Cris foi possível compreender o que acontece no cotidiano das pessoas com deficiência ao apresentar os dilemas vividos por elas.

Gráfico 4 – Quantitativo da identificação cultural e racial das personagens

Você conseguiu identificar a diversidade cultural e racial das personagens ao ler a HQ Inclusão Escolar?

29 respostas



Fonte: do autor (2021).

d) Identificar a diversidade cultural e racial das personagens na HQ

Dos alunos que responderam ao questionário, 93,1% identificaram a diversidade cultural e racial demonstrada na HQ; 3,4% não conseguiram identificar essa diversidade; e também 3,4% conseguiram, parcialmente, identificar a diversidade demonstrada na historinha.

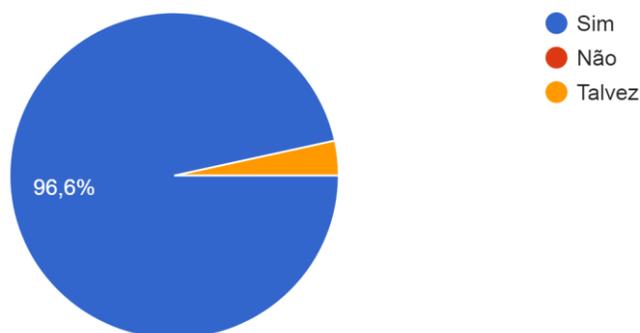
A HQ trouxe outros elementos que interseccionam a vida dos personagens, como o fato de ser negro, podendo o professor, em sala de aula, falar sobre a diversidade e disparar discussões sobre o racismo e, desta forma, enfrentar a discriminação racial e contribuindo para a auto conscientização da raça/etnia a que cada um pertence. A HQ trouxe, também, personagens com obesidade, pessoas que por muitas vezes sofrem preconceito, *bullying* e discriminação.

A HQ apresenta uma rica diversidade cultural e de valores nas escolas com pessoas que possuem religiões, costumes diferentes, entre outros elementos, que muitas vezes também são motivos de discriminação, mas que também apontam para a complexidade das relações que circundam o âmbito escolar. Pode-se usar a HQ para explorar a questão da diversidade cultural existente, usando a realidade da própria sala de aula.

Gráfico 5 – Quantitativo da compreensão do respeito a todos

A leitura da HQ Inclusão Escolar ajudou você compreender que, apesar das diversidades (diferenças), todas as pessoas merecem respeito?

29 respostas



Fonte: do autor (2021).

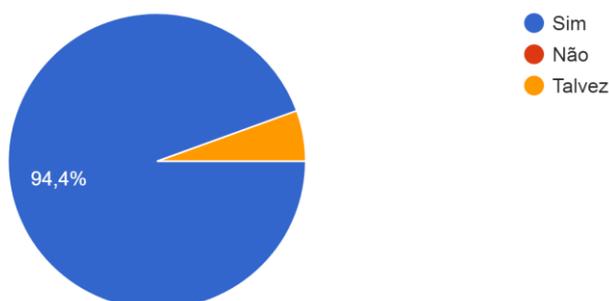
e) A HQ ajudou a compreender que, mesmo diante das diversidades, todas as pessoas merecem respeito

Dos alunos que responderam ao questionário, 96,6% compreenderam que todas as pessoas merecem respeito mesmo diante das diversidades (diferenças); e 3,4% às vezes entendem que as pessoas possuem especificidades e, ainda assim, merecem respeito. Pode-se explorar por meio da HQ as singularidades existentes nas pessoas dentro e fora do ambiente escolar. Foi proposto na HQ “Inclusão Escolar”, toda uma diversidade em suas personagens. Há a presença do TEA, do negro, do indígena, do obeso, do professor de apoio do sexo masculino, sendo que, normalmente esse professor é do sexo feminino, além disso, o professor de apoio usa dread, algo que também está fora dos padrões impostos pela sociedade. Com isso, a HQ, demonstra que todas as pessoas, independentemente da cor, credo, religião, gênero, sexo, condição socioeconômica e cultural, possuem os mesmos direitos e merecem ser respeitadas.

6.2 Análise e discussão dos resultados dos questionários aplicados aos professores

Gráfico 6 – Quantitativos da percepção de melhoria da aprendizagem por meio dos HQs

Você acha que a leitura do texto literário HQ pode auxiliar na melhoria da aprendizagem dos alunos (leitura e escrita), visto que esse tipo de ...linguagem e possui conteúdo de fácil interpretação?
18 respostas



Fonte: o autor (2021).

a) A HQ pode auxiliar na melhoria da aprendizagem dos alunos (leitura e escrita)

Do total de professores que responderam à pesquisa (18), 94,4% concordam que a leitura do texto literário HQ pode auxiliar na melhoria da aprendizagem dos alunos (leitura e escrita). Entre as justificativas dadas pelos docentes destaca-se que esse tipo de texto aborda várias formas de linguagem, auxilia muito na aprendizagem porque é atrativo, lúdico, possuindo conteúdo de fácil interpretação. A HQ pode servir para toda a comunidade escolar porque possui linguagem simples, capaz de contribuir para o ensino e aprendizagem nas diversas áreas

A leitura de HQ proporciona uma leitura não só de mensagens escritas, mas também de imagens e significados. A leitura de imagens ajuda no processo de compreensão do texto escrito. É uma forma interativa com os alunos e auxilia na comunicação. Pode ser usada como material pedagógico. A HQ pode auxiliar e dar dicas para a acolhida, desenvolvimento e entrosamento, assim como no enriquecimento do vocabulário.

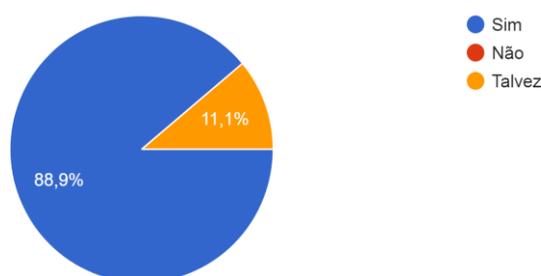
Os professores participantes concordam que a história é muito interessante, para os alunos e irá sim desenvolver a leitura e a conscientização da inclusão, do respeitar o próximo.

Também apareceu sugestão para melhorar a HQ, para atingir o aluno autista não verbal deveria ser mais visual.

Os dados da pesquisa confirmam o que a literatura especializada destaca em relação a HQ. Martins (2012) reitera que a HQ é importante para diversificar as atividades em sala de aula, já que é atrativa, lúdica, capaz de contribuir para o ensino e aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento. Pode-se, através do uso da HQ, valorizar a diversidade de experiências e manifestações culturais dos alunos, fazendo uso das múltiplas ferramentas de ensino e dos diferentes tipos de linguagens existentes (a HQ é um texto multimodal), para colaborar na construção de uma sociedade mais humana e inclusiva Xavier (2017).

Gráfico 7 – Quantitativo da percepção sobre a inclusão das HQs como material pedagógico

Você acredita que a HQ Inclusão Escolar pode ser usada como material pedagógico e inclusivo em sala de aula?
18 respostas



Fonte: do autor (2021).

b) HQ Inclusão Escolar pode ser usada como material pedagógico e inclusivo em sala de aula

Para 88,9% dos professores que participaram da pesquisa, a HQ pode ser usada como material pedagógico e inclusivo na sala de aula. Entre as justificativas dadas, ressaltam-se as seguintes: A linguagem é clara e interessante. Aborda vários tipos de linguagem, podendo ser um facilitador da alfabetização e a interação entre os pares. Auxiliando na leitura, escrita e desenvolvimento afetivo por ser um texto explicativo e demonstrar um ambiente comum a eles: a escola. A HQ apresentada pode despertar valores como a capacidade de empatia e alteridade. Ajuda a compreensão e na conscientização do diferente. Mostra na prática como os alunos com TEA podem ser recebidos na escola. O uso da HQ como material pedagógico pode facilitar e estimular a interação do aluno-professor.

Na pesquisa feita com os alunos a empatia e a alteridade também apareceram apontando para a importância da proposta da HQ.

É interessante destacar que um dos docentes sugeriu que os “professores precisam estar seguros e capacitados”, apontando para a necessidade de formação continuada dos professores para trabalhar com os desafios da inclusão.

Para 11,1% talvez pode ser usado. Entre as objeções encontram-se: que, em alguns casos, como por exemplo, um autista no nível moderado à severo, não conseguirá entender o assunto abordado. Sugerem que a letra deve ser de tamanho maior, com a finalidade de melhorar o recurso visual. É importante destacar, ainda, que a HQ não é destinada apenas para alunos autistas, mas para todos os estudantes.

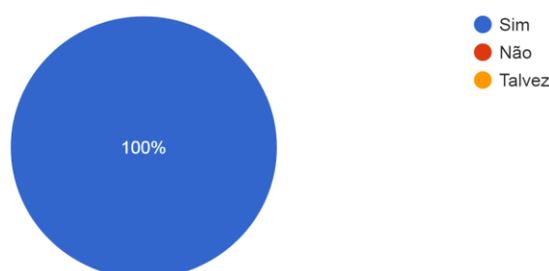
Os dados da pesquisa confirmam o que autores destacados na dissertação afirmam. Cunha (2013) acredita que a HQ pode promover ideias e valores de forma rápida. Mascaro (2011), por sua vez, diz que a leitura pode facilitar e viabilizar a efetivação dos direitos humanos na vida dos leitores ou escritores.

Assim, acredita-se que, por meio do enredo literário, é possível se colocar no lugar do personagem e com isso entender os dilemas da deficiência.

Gráfico 8 – Quantitativo da percepção do aprendizado da diversidade cultural e racial

Você acredita que, a partir da leitura da HQ Inclusão Escolar, os alunos poderão aprender e entender que existe uma diversidade cultural e racial e saber respeitar essas diferenças?

18 respostas



Fonte: do autor (2021).

c) A partir da leitura da HQ Inclusão Escolar, os alunos aprenderão e entenderão a existência de uma diversidade cultural/racial e o respeito a essas diferenças

De todos os professores que participaram da pesquisa, 100% concordam que a HQ colaborará para que os alunos entendam o tema abordado e que, por meio dela, eles poderão aprender e entender que existe uma diversidade cultural e racial e, assim, saberão respeitar essas diferenças.

Colocaram, também, que ficou evidente a diversidade existente, fazendo com que, assim, o tema seja mais fácil de ser discutido. A HQ aborda questões pouco discutidas de forma simples, desenvolvendo a empatia nos leitores, melhorando a compreensão sobre o respeito em relação às diferenças.

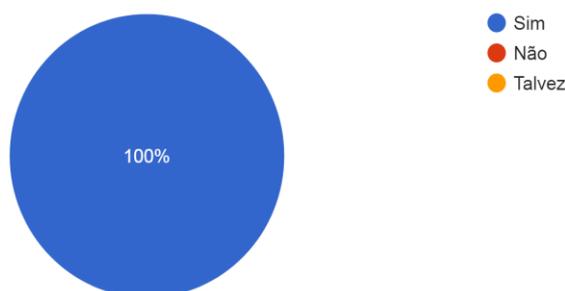
Acredita-se que a leitura da HQ possibilitará a interação de todos no convívio escolar e, com isso, a inclusão se dará de maneira simples e adequada. Trabalhar com a HQ é mais uma importante ferramenta didática para auxiliar o professor em sala de aula, especificamente se o professor explicar com toda a atenção o que é autismo, pois aborda uma linguagem de simples compreensão pela criança.

Neves (2012) afirma que as HQs possuem um grande potencial como ferramenta didática para auxiliar o professor, pois conseguem estabelecer uma ligação afetiva entre professores e alunos. Souza e Amarilha (2007) afirmam que falta material didático específico para alunos com deficiência, obrigando o professor a buscar alternativas para a inclusão desses alunos na sala de aula regular e uma dessas alternativas pode ser o uso do texto literário história em quadrinhos. Fernandes e Oliveira (2013) escreve que a literatura infantil é uma ferramenta de apoio para estabelecer relações entre os indivíduos e que algumas obras literárias infantis, trazem PCD como protagonistas.

Gráfico 9 – Quantitativo da percepção quanto a alteridade e empatia geradas pela HQ

Você acredita que a leitura da HQ Inclusão Escolar pode contribuir para despertar nos alunos a capacidade de alteridade e empatia para com as pessoas com deficiência?

18 respostas



Fonte: do autor (2021).

d) A HQ Inclusão Escolar pode contribuir para despertar nos alunos a capacidade de alteridade e empatia para com as PCD

Dos professores que responderam à pesquisa, 100% acreditam que a HQ contribui para despertar nos alunos a capacidade de alteridade e empatia para com as PCD, pois é através da leitura é que se modifica a prática.

A maneira como o texto foi escrito facilita a conscientização dos alunos e, assim, é possível desenvolver o cuidado com o outro, pois é na prática e no convívio que se aprendem valores.

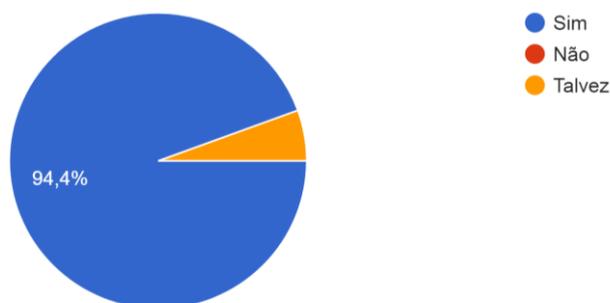
Outro professor colocou que, muitas vezes, as pessoas não sabem lidar com PCD por falta de conhecimento na área, afastando de aprenderem com diversidade, pois vivenciar e ler a respeito é diferente de ouvir alguém falar. A HQ possibilita a compreensão da realidade e das limitações. O professor, através de sua ajuda na leitura e explicação, faz com que os outros se coloquem no lugar do aluno com TEA.

Fernandes e Oliveira (2013) descrevem as HQs como recurso didático que pode facilitar o processo para que, crianças sem deficiência, possam compreender, um pouco, o mundo das PCD. Cavalcanti e Pereira (2010) afirmam que os textos literários possuem função humanizadora por atenderem à necessidade humana, fazendo com que ele reflita e desperte em si a capacidade de alteridade, aprimorando suas emoções e percepções de mundo, contribuindo para a formação integral da pessoa, despertando o olhar solidário e de conscientização às diferenças.

Gráfico 10 – Quantitativo da influência da HQ na diminuição do preconceito

5. Você acredita que, de modo geral, a HQ Inclusão Escolar pode colaborar para diminuir o preconceito e a discriminação existentes contra as pessoas com deficiência?

18 respostas



Fonte: do autor (2021).

e) A HQ inclusão escolar pode colaborar para diminuir o preconceito e a discriminação contra PCD

Dos professores que responderam à pesquisa, 94,4% acredita que a HQ pode colaborar para diminuir o preconceito e discriminação contra PCD por possuir uma linguagem de fácil acesso e por esse motivo, chamar a atenção do aluno, além de alcançar um número grande de pessoas.

A HQ colabora na formação de valores porque leva o indivíduo a reflexão perante as dificuldades do outro, ajudando e muito para o processo de inclusão e conscientização, até mesmo, da família.

A mudança da sociedade acontece, realmente, na infância. Deve-se educar as crianças para o respeito à diversidade, porque ninguém nasce preconceituoso, as pessoas trazem o preconceito da convivência familiar e se orientarem as crianças hoje, elas se tornarão adultos mais conscientes.

A HQ pode colaborar para colocar as pessoas a par dos casos e dificuldades das PCD e assim, de alguma maneira, os professores podem procurar formas de ajudar na socialização diminuindo a discriminação e o preconceito, pois proporciona um novo olhar sobre as questões preconceito e discriminação.

Acredita-se que todas as formas para diminuir o preconceito e valorizar a inclusão devem ser exploradas, fazendo com que todos estejam cientes e exercendo a empatia.

5,6% dos entrevistados, o que equivale a um (01) professor, escreveu que o material poderá colaborar para diminuir o preconceito e a discriminação contra PCD dependendo muito de como o material e o assunto será abordado/trabalhado.

Para Razaboni, Leão e Sanches (2018), a educação deve ser gradativa e de qualidade para todos, favorecendo a diversidade sociocultural, compondo uma sociedade desprovida de preconceito e discriminação, independentemente das condições socioeconômicas, cor, religião, gênero, sexo, concepção política.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção da inclusão de pessoas com deficiência é uma tentativa de trazer para a sociedade o aspecto de conscientização de todos em um ambiente salutar e harmônico. Se conscientizar que as deficiências existem e saber transmitir conhecimentos equivalentes a todos não é tarefa comum e fácil para o sistema educacional.

A evidente falta de domínio na forma de aprendizado dificulta o trabalho do docente, já que o mesmo conteúdo apresentado é visto de maneiras diferentes. Explorar as dificuldades individuais faz com que os docentes sejam verdadeiros “artistas” quanto a necessidade de desdobramento do conteúdo trabalhado em sala de aula, pois o conteúdo é absorvido de maneira individual, dependendo da capacidade cognitiva de cada um.

A capacidade cognitiva, da fase infantil à fase adulta, está relacionada a vários fatores, tornando-se, às vezes, difícil traçar um parâmetro ou conduta a ser empregada em situações em que pessoas com deficiência possam acompanhar pessoas sem deficiência. No ambiente escolar, o acolhimento das pessoas com deficiência requer preparo intelectual dos professores e de todos os funcionários e isso é evidenciado na HQ por meio da professora Elena que demonstrou estar bem-preparada para receber o aluno autista.

Nessa dissertação, o objetivo foi identificar como as HQ, em específico a HQ produto do mestrado, poderiam contribuir para sensibilizar os leitores sobre a singularidade da PCD e assim contribuir na inclusão mesmas no ambiente escolar regular de ensino, diminuindo o preconceito e melhorando o respeito pela diversidade, supondo que as HQs poderiam ser usadas como recurso didático valioso e de fácil entendimento, tendo em vista que aborda várias formas de linguagem. Este objetivo foi alcançado, pois alunos e professores demonstraram maior compreensão sobre as singularidades do autismo a partir do enredo da HQ.

A leitura literária pode contribuir de maneira significativa para a inclusão já que, apesar de não ter como objetivo ser o reflexo da realidade, ela pode trazer elementos do cotidiano para ilustrar os enredos conforme apresentado na HQ e fazer com os leitores, compreendam o que acontece com as personagens. Essas personagens que têm verossimilhança com a realidade ajudam a compreender o que os sujeitos enfrentam na vida. por isso, que enredos podem ter uma função humanizadora, melhorar a empatia e o respeito pelo diferente.

Os professores consideraram que a HQ é um material pedagógico importante na inclusão por apresentar uma linguagem simples, atrativa e de fácil acesso.

As hipóteses levantadas foram comprovadas já que, por meio dos questionários aplicados aos alunos e professores, foi possível perceber que a HQ, de fato, auxiliou na compreensão do que acontece no cotidiano das pessoas com deficiência ao apresentar os dilemas vividos pelas personagens. Dessa forma, o enredo literário contribui para despertar o olhar solidário, respeitoso, na empatia e na alteridade com alunos/pessoas com deficiência, em específico as HQs, utilizando temas transversais conforme apresentado no nosso produto educacional e que é preconizado pelos PCNs, atendendo a competência 9, entre outras, da Base Nacional Comum curricular (BNCC).

A HQ “Inclusão Escolar” possibilitou a compreensão que algumas pessoas possuem especificidades, precisando de um atendimento especializado e que a escola, professores e colegas, têm muito a contribuir para que a partir das singularidades das PCD e também dos “comuns” o direito de aprender seja garantido.

Os professores também concordam que as HQs podem ser usadas como um recurso didático valioso de aprendizagem, pois abordam várias formas de linguagem, seja verbal, não verbal ou multimodal, além disso, é uma forma atrativa e de fácil entendimento do assunto abordado, já que os alunos também concordaram através dos dados da pesquisa que melhorou o interesse pela leitura literária por meio da leitura da história em quadrinhos.

A HQ estimulou a percepção sobre a diversidade cultural e racial ao trazer personagens negras e fora do estereótipo imposto pela sociedade, como um professor de apoio negro, com cabelos longos e com *dreads*. A HQ também demonstrou tamanha diversidade ao trazer personagens com obesidade e indígenas. O material confeccionado é um material inclusivo e, por meio desse texto literário, é possível hipersensibilizar as pessoas às singularidades/especificidades dos outros. Pode-se falar da literatura com a função humanizadora, de permear um discurso que pode, de alguma forma, introjetar elementos que tragam melhor entendimento sobre a vida de pessoas reais.

Com esse estudo, foi possível perceber a importância da produção de mais materiais interessantes e criativos, voltados para o público infanto-juvenil, que tratem do tema inclusão escolar, pois é nessa idade que os valores são formados. As crianças precisam conhecer mais o tema abordado para que se tornem adultos desprovidos de preconceitos, sabendo que a diversidade existe e com isso, respeitar os direitos e as especificidades de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Denise Borille de. A escrita de direitos humanos na literatura brasileira contemporânea: o caso das narrativas de vida. **SCRIPTA (PUCMG)**, [S. l.], v. 23, p. 25-32, 2019.

ALMEDA, Caroline Martins de; ALBUQUERQUE, Karine. Autismo: Importância da Detecção e Intervenção Precoces. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S. l.], Ano 02, v. 01, p 488-502, abr., 2017.

AMARAL, Lígia Assumpção. **Espelho convexo**: o corpo desviante no imaginário coletivo pela voz da literatura infanto-juvenil. 1992. Tese (Doutorado e Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo;1992. Doi: 10.116060/T.47.1992.tde-18122013. Acesso em: 12 jul. 2021.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. (APA). **Autism spectrum disorder**. 2020. Disponível em: <<https://www.apa.org/topics/autism>>. Acesso em: 15 set. 2020.

BECK, Marcus. **Como criar uma história em quadrinhos**. Portal FlipTru, 2019. Disponível em: <https://comocriarhq.mbeck.com.br/?utm_source=blog&utm_medium=popup&utm_campaign=ebook>. Acesso em: 05 dez. 2019.

BORGES, M. L.; SOTTILI, L. A.; RADMANN, R. P. A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. In: SANTOS, Amanda Basílio; LEAL, Elisabete da Costa; MACHADO, Juliana Porto; COLVERO, Ronaldo Bernardino. (Org.). **Fontes, Métodos e Abordagens nas Ciências Humanas**. Pelotas: Basibooks, 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição**: texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de novembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p.

BRASIL. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58p.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. **Diário Oficial da União**, Brasília, dez. 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018b. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Cartilha: Declaração Universal dos Direitos Humanos e os objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília: Secretaria de Governo, 2018c.

BRASÍL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva**. Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2003.

BORGES, M. L.; SOTTILI, L. A. A desconstrução do estigma em relação às pessoas com deficiência através das políticas públicas: uma revisão histórica. *In: I Congresso Internacional Pensamento e Pesquisa na América Latina e III Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*. PROLAM – USP. São Paulo, 2019.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Remate de Males: Revista do Departamento de Teoria Literária**. São Paulo, n. esp., p. 81-89, 1999.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In: _____*. **Vários Escritos**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1995.

CANDIDO, Antonio. Direitos Humanos e literatura. *In: A.C.R. Fester (Org.)* **Direitos humanos**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAVALCANTI, Luciano Marcos Dias; PEREIRA, Cilene Margarete. O valor e a importância da Literatura para a formação do homem: dois autores, Machado de Assis e Manuel Bandeira. **Travessias**, Cascavel, v. 4, n. 3, 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/4621/3539>. Acesso em :10 dez. 2019.

COSTA, M. F. da. **Os quadrinhos em sala de aula**. 2011. 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2011.

CUNHA, Rodrigo Moraes. História em quadrinhos: um olhar histórico. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXII, n. 10, 10 jul. 2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/historiaemquadrinhosumolharhistorico.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

DIAS, Diego Corrêa Lima de Aguiar. **Direitos humanos em sala de aula: a compreensão de professores sobre a aliança entre as suas disciplinas escolares e a EDH**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2017.

DIAS, S. D.; SABINO, C. V. S.; LOBATO, W. O uso da história em quadrinhos como recurso didático na educação ambiental em Santo Antônio de Pádua, RJ. **Terrae Didat.**, Campinas, v. 15, n. 1-2, 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8655109/21452>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

DICHER, Marilu; TREVISAM, Elisaide. A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana. **CONPEDI**, 2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

DOWKER, Ann. A Representação da Deficiência em Livros Infantis: séculos XIX e XX. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1053-1068, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n4/03.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista InCantare**, 2014.

FERNANDES, P. D.; OLIVEIRA, K. K. S. D. Trabalhando a Inclusão Social e Escolar por Meio da Literatura Infantil. **XI Congresso Nacional de Educação**, Curitiba, 23 a 26 set. 2013.

GOMES, Rosinete De Sales. A literatura infantil como recurso de inclusão social nas escolas. **Anais I CINTEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/8425>>. Acesso em: 06 jun. 2021

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 28, supl. 1, pág. s3-s11, maio de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000500002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mai. 2021.

LOPES, Bruna Alves. **Autismo e culpabilização das mães: uma leitura de Leo Kanner e Bruno Bettelheim**. 2017.

LUCCHETTI, Marco Aurélio; LUCCHETTI, Rubens Francisco. História em quadrinhos: uma introdução. **Revista USP**, n. 16, p. 24-35, 1993. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar?cluster=9679383663424086117&hl=pt-BR&as_sdt=0,5> Acesso em: 05 abr. 2020.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Elisângela Karine. **Histórias em quadrinhos no ensino de ciências: uma experiência para o ensino do sistema nervoso**. Ponta Grossa: UFTPR, 2012. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1256/1/PG_PPGECT_M_Martins%2C%20Elisangela%20Karine_2012.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. 2011. Disponível em: <<http://www.sinprodf.Org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantona.pdf>> Acesso em: 05 = abr. 2020.

- MASCARO, Laura Degaspere Monte. **O papel da literatura na promoção e efetivação dos direitos humanos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.2.2011.tde-02052012-155032. Acesso em: 02 nov. 2020.
- NEVES, Sílvia da Conceição. **A história e quadrinhos como recurso didático em sala de aula**. 2012. 30 f., il. Monografia (Licenciatura em Artes Visuais) – Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Palmas – TO, 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2009. Disponível em: <<https://www.ghc.com.br/files/CARTA%20DA%20ONU.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- PARANÁ. Secretaria de Saúde. **Autismo**. [2019?]. Disponível em: <<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Autismo#>>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- PONZO, Pedro. **Guia essencial de narrativa gráfica para Quadrinhos**. 2019. Disponível em: <https://artedosquadrinhos.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Guia-Narrativa-Gr%C3%A1fica-AdQ.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.
- PORTO, Luana Teixeira; FENSTERSEIFER, Daniel Pulcherio. Literatura e Direitos Humanos: uma relação descrita em contos brasileiros contemporâneos. **Literatura em Debate**, v. 12, n. 22, p. 57-74, 2018.
- RAZABONI Jr., Ricardo Bispo; LEÃO Jr., Teófilo Marcelo de Arêa; SANCHES, Raquel Cristina Ferraroni. A educação inclusiva para pessoas com deficiência e o papel da UNESCO. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, n. 38, p. 140-153, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/77562/49610>>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- RESENDE, F. V. D. Direitos humanos e cidadania: proteção, promoção e restauração dos direitos das pessoas com deficiência. **Marginália Comunicação**, Belo Horizonte: v. 10, 2016. ISBN 97885. Disponível em: <<https://social.mg.gov.br/direitos-humanos/escola-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- RICHARTZ, Terezinha. O discurso da deficiência como “subjetividade da ausência”. In: AZEVEDO, Marco Antonio *et al.* (Org.). **Ética, política, religião**. São Paulo: ANPOF, 2017. 552 p. – (Coleção XVII Encontro ANPOF). p. 109-120. ISBN 978-85-88072-47-3. Disponível em: <<http://www.anpof.org/portal/images/eticapoliticaereligiao2-5-2018.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2020.
- RODRIGUES, Elaine de Souza Pinto. **“Não tem como segurar essa ventania”**: afirmação da identidade negra em Filhas do Vento, de Joel Zito Araujo. Três Corações: Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, 2018. Disponível em: https://www.unincor.br/images/imagens/2018/mestrado_letras/dissertacao_elaine.pdf. Acesso em: 27 jul. 2021.
- SANTOS, Regina Kelly dos *et al.* Transtorno do espectro do autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. **Revista Includere**, v. 3, n. 1, 2017.

SILVA, Alexandre Costa e. **Autismo**: um breve histórico. 2010. Disponível em: <<https://www.comportese.com/2010/09/autismo-um-breve-historico>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SILVA, Nadilson M. da. Elementos para a análise das Histórias em Quadrinhos. **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação**, Campo Grande /MS, p. 1-15, set. 2001. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/145679190592438538598866043670438455063.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

SOUZA, Danielle Medeiros de; AMARILHA, Marly. Literatura infantil e diversidade: construindo caminhos para a inclusão escolar. **16 COLE – Congresso de Leitura do Brasil**. 2007.

SOUZA, T. Instituto Priorit. **Hiperfoco e interesses específicos**. 2017 Disponível em: <<https://www.institutopriorit.com.br/hiperfoco-e-interesses-especificos/#:~:text=Mas%20n%C3%A3o%20s%C3%B3%20autistas%20%E2%80%9Cde,o%20mesmo%20a%20vida%20toda%E2%80%A6>>. Acesso em: 24 set. 2020.

TOGASHI, Cláudia Miharú; WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo. As Contribuições do Uso da Comunicação Alternativa no Processo de Inclusão Escolar de um Aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 22, n. 3, p. 351-366, sept. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000300351&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 set. 2020.

XAVIER, Gláyci Kelli Reis da Silva. Histórias em quadrinhos: panorama histórico, características e verbo-visibilidade. **Darandina Revista Eletrônica**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 20 dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28128>. Acesso em: 10 dez. 2019.

APÊNDICE I – FORMULÁRIO PARA OS PROFESSORES

10/11/2020

Formulário para os professores

Formulário para os professores

Este questionário faz parte da pesquisa de dissertação intitulada "A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SALA DE AULA ATRAVÉS DA LEITURA DO TEXTO LITERÁRIO: a História em Quadrinhos" da aluna Rogéria Alaminos, matriculada no Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino.

Acessar o Termo de Consentimento Livre e esclarecido antes do preenchimento.

https://drive.google.com/file/d/1A_NjJk8-fBLm07jL7-_xeWf4zpv1XsYN/view?usp=sharing

Qualquer dúvida entrar em contato com Rogéria: 35 9236-6032

***Obrigatório**

1. Li e aceito os termos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

2. Nome do professor (a) *

3. Ciclo com o qual trabalha. *

10/11/2020

Formulário para os professores

4. Você acha que a leitura do texto literário HQ pode auxiliar na melhoria da aprendizagem dos alunos (leitura e escrita), visto que esse tipo de texto aborda várias formas de linguagem e possui conteúdo de fácil interpretação? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Às vezes

5. Explique a sua resposta anterior. *

6. Você acredita que a HQ Inclusão Escolar pode ser usada como material pedagógico e inclusivo em sala de aula? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

7. Explique sua resposta anterior *

10/11/2020

Formulário para os professores

8. Você acredita que, a partir da leitura da HQ Inclusão Escolar, os alunos podem aprender e entender que existe uma diversidade cultural e racial e saber respeitar essas diferenças? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

9. Explique sua resposta anterior *

10. Você acredita que a leitura da HQ Inclusão Escolar pode contribuir para despertar nos alunos a capacidade de alteridade e empatia para com as pessoas com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

10/11/2020

Formulário para os professores

11. Explique sua resposta anterior *

12. 5. Você acredita que, de modo geral, a HQ Inclusão Escolar pode colaborar para diminuir o preconceito e a discriminação existentes contra as pessoas com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

13. Explique sua resposta anterior *

Agradecemos por participar da pesquisa

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE II – FORMULÁRIO PARA OS ALUNOS DO 5º ANO

10/11/2020

Formulário para os alunos do 5º ano

Formulário para os alunos do 5º ano

Este questionário faz parte da pesquisa de dissertação intitulada "A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SALA DE AULA ATRAVÉS DA LEITURA DO TEXTO LITERÁRIO: a História em Quadrinhos" da aluna Rogéria Alaminos, matriculada no Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino.

Acessar o Termo de Consentimento Livre e esclarecido antes do preenchimento.

https://drive.google.com/file/d/1A_NjJk8-fBLmO7jL7-_xeWf4zpv1XsYN/view?usp=sharing

Qualquer dúvida entrar em contato com Rogéria: 35 9236-6032

***Obrigatório**

1. Li e aceito os termos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

2. Grau de parentesco com aluno. *

Marcar apenas uma oval.

Mãe

Pai

Outro: _____

3. Nome do aluno *

4. Nome da pessoa que autoriza a pesquisa. *

10/11/2020

Formulário para os alunos do 5º ano

5. CPF da pessoa que autoriza a pesquisa. *

6. Você gosta de ler textos literários como esses da história em quadrinhos Inclusão Escolar? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Às vezes

7. A partir da leitura da HQ Inclusão Escolar você conseguiu compreender que algumas pessoas possuem necessidades especiais? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Talvez

8. Você conseguiu entender através da personagem Cris que nem todas as deficiências são visíveis? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Talvez

10/11/2020

Formulário para os alunos do 5º ano

9. Você conseguiu identificar a diversidade cultural e racial das personagens ao ler a HQ Inclusão Escolar? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Talvez

10. A leitura da HQ Inclusão Escolar ajudou você compreender que, apesar das diversidades (diferenças), todas as pessoas merecem respeito? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Talvez

Agradecemos pela gentileza da participação

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

